



Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências e Tecnologia

Paula Cristina Basílio dos Santos

Exames Nacionais no Ensino Primário (1948 – 1974)

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre de Bolonha
em Ensino da Matemática pela Universidade Nova de Lisboa, Faculdade
de Ciências e Tecnologia

Orientador: *Professor Doutor José Manuel de Matos*

Lisboa
2008

“Os padrões do matemático, como os do pintor ou do poeta devem ser belos; as ideias, como as cores e as palavras, devem encaixar-se de forma harmoniosa. O primeiro teste é a beleza: não há local algum permanente no mundo para a matemática feia...

Pode ser muito difícil definir a beleza matemática, mas isso é verdade para a beleza de qualquer tipo. Podemos não saber muito bem o que significa dizer que um poema é belo, mas isso não nos impede de reconhecermos quando o lemos...”

- G.H. Hardy -

Agradecimentos

Um qualquer trabalho apresenta, normalmente, um raciocínio de desenvolvimento que pretende também ter uma certa utilidade para quem o possa ler. Esta dissertação não foge dessa perspectiva.

Algumas pessoas ajudam a enaltecer o nosso entendimento e esforço para aquilo que nem sempre é fácil e o possa parecer. Por isso gostaria de deixar alguns agradecimentos:

- Professor Doutor José de Matos, por ter aceitado a orientação da presente tese;
- a minha mãe e irmã, por me aturarem e pelos valores morais que me ensinaram, os quais faço por aplicar nas mais diversas facetas da minha vida, cabendo inteiramente na realização deste trabalho;
- ao Luís pelo nosso amor muito especial, sem o qual tudo seria muito mais difícil e que motivou o meu progresso na realização da presente tese;
- ao Jorge pela sua disponibilidade, apoio, camaradagem, paciência e amizade inesgotável. Um muito obrigado por tudo;
- a todos aqueles que não mencionei mas que, de diversas maneiras, se cruzaram na minha vida e que, acredito, influenciaram de alguma forma o meu progresso académico e pessoal.

Resumo

Este trabalho de investigação teve como objectivos, recolher exames do Ensino Primário entre 1948 a 1974 e documentos relacionados com exames; apresentar géneros de exames do Ensino Primário que eram realizados nesses anos; identificar a quem eram destinados esses exames; qual a escolaridade obrigatória que as crianças deviam ter e, por fim, analisar os programas adoptados nas escolas.

No estudo verificou-se que os exames do Ensino Primário se dividiam em exames do primeiro grau e segundo grau, sendo os exames do primeiro grau destinados às crianças que frequentavam a terceira classe e os do segundo grau, às crianças que estudavam na quarta classe. Os exames não tiveram sempre a mesma estrutura ao longo desse período, tendo a maior mudança ocorrido na década de 60. Mas, todos estavam em conformidade com o programa leccionado na escola e continham sempre problemas relacionados com o dia-a-dia da criança, qualquer que fosse o ano ou mudança na estrutura dos exames.

Neste estudo, também é analisada a escolaridade obrigatória na época de 1948 a 1974, foi na década de 40 e 50 era obrigatório frequentar a escola até às três primeiras classes, passando em 1956 a ser obrigatória, somente para as crianças do sexo masculino, até às quatro primeiras classes. Em 1960, passou a ser obrigatório frequentar a escola até à quarta classe, independentemente do sexo da criança, sendo depois alargada esta obrigatoriedade até às seis classes.

PALAVRA-CHAVE: aritmética, geometria, 3ª classe e 4ª classe.

Abstract

This piece of research was aimed to collect the Primary Education examinations between 1948 and 1974 and documents related to examinations; make the kinds of Primary Education examinations were carried out in those years, which were intended to identify such tests, no compulsory education that children should have and, finally, consider the programs adopted in schools.

The study found that the examinations of Primary Education examinations were divided in the first degree and second degree, and the examinations of the first degree for children attending the third grade and second grade, the children who studied in the fourth grade. The examinations were not always the same structure throughout this period, the biggest change occurred in 60s. But all were in line with the program taught in school and always had problems with the day-to-day life of the child, whatever the year or change in the structure of examinations.

In this study, is analyzed in the compulsory education period from 1948 to 1974, was in the 40s and 50 was required to attend school until the first three classes, moving in 1956 to be required, only for male children, until the first four classes. In 1960, it became mandatory to attend school until the fourth grade, regardless of the sex of the child, and then extended this requirement to the six classes.

KEYWORD: arithmetic, geometry, third class and fourth class.

Índice de Matérias

| | |
|---|-----|
| Agradecimentos | IV |
| Resumo | V |
| Abstract | VI |
| Índice de Figuras..... | IX |
| Capítulo 1 – Introdução..... | 10 |
| Capítulo 2 – Conteúdo Educativo..... | 13 |
| 2.1 Escolaridade Obrigatória | 13 |
| 2.2 Programas do Ensino Primário | 18 |
| 2.3 Exames do Ensino Primário | 23 |
| Capítulo 3 – Metodologia | 36 |
| Capítulo 4 – O Exame da Terceira Classe | 39 |
| Capítulo 5 – O Exame da Quarta Classe | 42 |
| Capítulo 6 – Conclusão | 51 |
| Fontes Bibliográficas | 54 |
| Referências Bibliográficas | 60 |
| Anexos | 61 |
| Anexo 1 | 62 |
| Programa de Aritmética e Geometria para a 3ª classe e 4ª classe de 1929 | |
| Programa de Aritmética e Geometria para a 3ª classe de 1937 | |
| Programa de Aritmética e Geometria para a 3ª classe e 4ª classe de 1960 | |
| Programa de Aritmética e Geometria para a 3ª classe e 4ª classe de 1968 | |
| Programa de Aritmética e Geometria para a 3ª classe e 4ª classe de 1972 | |
| Anexo 2 | 100 |
| Tabelas para a classificação das provas e Folha de | |

| | |
|--|-----|
| qualificação e classificação das provas de 1969 | |
| Anexo 3 | 104 |
| “Ponto nº 18” – <i>Pontos modelos dos exames do 1º grau da</i> | |
| <i>colecção «Gosto de Aprender»</i> do professor | |
| Fernando Vasconcelos, de 1955 | |
| Anexo 4 | 106 |
| Pontos modelos do exame da 4ª classe aplicado no | |
| distrito do Porto e Lisboa de 1952, 1966 e 1969 | |
| Anexo 5 | 110 |
| Versão digital dos documentos recolhidos | |

Índice de Figuras

| | |
|--|----|
| Figura 2.1. " Ponto nº 6" – Exemplo de exame do 1º grau, realizado no anos 50 dos <i>Pontos para Exames do Ensino Primário Elementar 3ª Classe, Colecção «Bom Estudante»</i> | 24 |
| Figura 2.2. Modelo nº 1 – Pauta para o resultado final do exame do 1º grau. Decreto-Lei nº 27735, de 27 de Maio de 1937. | 26 |
| Figura 2.3. Modelo nº 2 – Pauta com os nomes dos examinados. Decreto-Lei nº 18413, de 2 de Junho de 1930..... | 26 |
| Figura 2.4. "Ponto nº 11" – Exemplo de exame do 2º grau, realizado nos anos 50 dos <i>Pontos para Exames do 2º grau, Colecção «Bom Estudante»</i> | 28 |
| Figura 2.5. Modelo nº 3 – Minuta do diploma da aprovação no exame do 2º grau. Decreto-Lei nº 18413, de 2 de Junho de 1930 | 30 |
| Figura 3.1. Prova de Aritmética realizado no distrito de Lisboa a 1 de Julho de 1959 e publicado no Jornal Diário de Lisboa nesse mesmo dia | 40 |
| Figura 4.1. Prova de Aritmética realizado no distrito de Lisboa a 9 de Julho de 1959 e publicado no Jornal Diário de Lisboa nesse mesmo dia | 43 |
| Figura 4.2. Prova de Aritmética realizado no distrito de Lisboa a 1 de Julho de 1967 e publicado no Jornal Diário de Lisboa nesse mesmo dia | 45 |
| Figura 4.3. Tabela de qualificação da prova escrita de Aritmética e Geometria | 47 |

Capítulo 1

Introdução

Neste trabalho de investigação vou expor que ensinar a ler e escrever a língua materna, contar e estimular o espírito criador e actividades recreativas e cívicas, eram os primeiros fins do Ensino Primário nos anos 1948 – 1972. O Ensino Primário era abrangido por dois ciclos de educação: o elementar, que era constituído por quatro classes (primeira classe, segunda classe, terceira classe, quarta classe), que só terminava com aprovação no exame da quarta classe, e o complementar, que era constituído por duas classes (quinta classe e sexta classe), e que terminava com a aprovação ao exame da sexta classe. O ciclo elementar do Ensino Primário era considerado como uniforme para cada sexo e obrigatório para todos os portugueses mental e fisicamente sãos, entre os sete e os doze anos, e destinava-os a habilitá-los a ler, escrever e contar, a compreender os factos mais simples da vida ambiente e a exercer as virtudes morais e cívicas, dentro de um vivo amor a Portugal. Por outro lado, o ciclo complementar já era visto como diferenciado e facultativo, para aqueles que desejavam seguir outros estudos ou elevar os níveis de conhecimentos úteis à vida familiar e ao meio económico-social a que pertenciam.

Com este estudo, constata-se que no Ensino Primário existiam dois tipos de exames, o do primeiro e segundo grau, que correspondiam à terceira e quarta classe respectivamente, e que ao longo dos anos (1948 – 1974) sofreram alterações, principalmente o do segundo grau, uma vez que o do primeiro grau foi extinto em 1960. Pretendo apresentar que o exame de instrução primária era considerado um grande passo na vida das crianças, uma vez que venciam a sua primeira barreira escolar,

visto existirem duas opções: parar os estudos e ingressar na vida profissional ou continuar a estudar após a escolaridade obrigatória.

Este trabalho de investigação tem como finalidade revelar que a escolaridade obrigatória das crianças da época (1948 – 1974) começou com as três classes, passando para quatro (1960) e, posteriormente, para seis classes (1964). Analisar-se-ão os programas adoptados e proceder-se-á à identificação das reformulações que sofreram à medida que a escolaridade obrigatória ia aumentando.

Em síntese, este trabalho tem como objectivo estudar os exames do Ensino Primário entre 1948 e 1974, mais especificamente:

- I. Conhecer os programas do Ensino Primário entre 1948 e 1974;
- II. Recolher exemplos de exames do Ensino Primário da época e publicá-los em forma digital;
- III. Estudar o contexto em que os exames se realizavam.

O trabalho de investigação centrou-se no período de 1948-1974, pelo facto de, em 1948, ter existido uma reforma no Ensino Primário e de, em 1974, terem colocado o término ao exame desse mesmo ensino.

Para contextualizar melhor a elaboração do trabalho de investigação, dividi-o em seis capítulos.

No «Capítulo 1 – Introdução», procurei fazer uma contextualização sucinta do trabalho.

No «Capítulo 2 – Conteúdo Educativo», procurei delinear o percurso escolar dos alunos, os programas utilizados e uma visão aprofundada de como funcionavam os exames do Ensino Primário.

No «Capítulo 3 – Metodologia», procurei clarificar e justificar as opções metodológicas para a realização deste trabalho de investigação.

Segue-se o «Capítulo 4 – O Exame da Terceira Classe» e «Capítulo 5 – O Exame da Quarta Classe», em que apresento os moldes

em que eram feitos os exames, as alterações que sofreram ao longo dos anos (1948 – 1974) e como eram classificados.

Por último, o «Capítulo 6 – Conclusão», é aquele que se refere às reflexões finais.

Capítulo 2

Conteúdo Educativo

2.1 Escolaridade Obrigatória

Uma vez que um dos sub-objectivos do trabalho era estudar o contexto em que os exames se realizavam, nada melhor do que começar por descrever qual a escolaridade obrigatória que existia na época (1948 – 1974).

O grau elementar do Ensino Primário obrigatório, programado para quatro anos, e que fora de cinco anos na primeira República, sofre um toque de mau prenúncio no dia 13 de Abril de 1929. Por deliberação do Ministro Alfredo Magalhães, anunciou-se que, dos quatro anos de ensino obrigatório, só na verdade os três primeiros deveriam constituir propriamente o ensino elementar, destinando-se o quarto ano a simples complementaridade. Estava assim apontado o caminho para o que viria a concretizar-se no Decreto-Lei nº 18140, de 22 de Março de 1930, ou seja, a divisão do Ensino Primário elementar em dois graus, dos quais o primeiro era constituído pelas três primeiras classes, a que passava a corresponder um exame final. A aprovação neste exame seria o termo do ensino obrigatório, que assim ficava amputado em dois anos em relação à herança da primeira República, com escolaridade obrigatória até às cinco classes. [73]

Nos anos decorridos entre 1948 – 1956, a escolaridade obrigatória continuou a ser de três classes para crianças com idade compreendida entre os 7 e os 12 anos, sendo necessária a realização do exame do primeiro grau, exame este, extinto em 1960. O encarregado de educação de cada criança era responsável pelo cumprimento desta obrigação (frequência da instrução primária, até aprovação do exame do primeiro grau) e sempre que ocorresse incumprimento, o responsável era obrigado

a pagar uma multa no montante de 500\$00 (Decreto-Lei nº 38968, de 27 de Outubro de 1952). Eram dispensados de frequentar o Ensino Primário, os menores incapazes por doença, por defeito orgânico ou mental e os que residiam a mais de 3 km de qualquer escola primária oficial ou particular gratuita, desde que não lhe fosse assegurado transporte público. O motivo da dispensa deveria ser comprovado, dentro dos prazos estabelecidos, pelo encarregado de educação diante do agente de ensino responsável pela matrícula, que poderia exigir a apresentação, consoante os casos, de atestado médico ou de um comprovativo passado pela junta de freguesia. Os menores incapazes por doença, defeito orgânico ou mental, sempre que se encontrassem em condições de receber ensino em classes especiais para doentes ou anormais, eram obrigados a frequentar essas classes desde que as houvesse a menos de 3 km [1]. Por vezes, a primeira matrícula era autorizada às crianças com seis anos completos, desde que elas possuíssem robustez física e desenvolvimento mental compatível com o normal aproveitamento escolar. A matrícula no Ensino Primário era sempre realizada na primeira semana de Outubro.

Em 1956, o Ministro da Educação Nacional, Leite Pinto, pôs fim à restrição da escolaridade obrigatória aos três primeiros anos do Ensino Primário e estendeu-a à quarta classe, mas só para crianças do sexo masculino. Esta medida foi considerada uma mesquinha vitória do Governo da época, uma vez que aspirava captar a atenção, a simpatia e o auxílio das entidades estrangeiras, para que ajudassem a aproximar Portugal do mundo ocidental. O referido aumento da escolaridade obrigatória fez parte das determinações da reforma do Ensino Primário, assinada pelo Ministro da Educação Nacional, Leite Pinto, em 31 de Dezembro de 1956 (Decreto-Lei nº 40964, de 31 de Dezembro de 1956) [73]. Mas esta medida iria encontrar uma principal dificuldade que era a condição económica dos encarregados de educação, para os quais o trabalho dos filhos representava uma achega valiosa que só com pesados

sacrifícios os podia dispensar. Assim, foi imposta uma medida às entidades patronais do comércio, da indústria e da lavoura, que mantivessem ao serviço assalariados que fossem encarregados de educação de menores em idade escolar, eram obrigadas, no caso de não haver Ensino Primário gratuito a 4 km, a facultar a estes menores o ensino até à aprovação no exame da quarta classe, ou a garantir-lhes o transporte diário que lhes permitisse a frequência da escola ou posto escolar mais próximo ou de mais fácil acesso [1]. Em casos excepcionais, o Ministro da Educação Nacional dispensava a frequência da quarta classe a menores, desde que eles não tivessem direito ao abono de família. Se o Decreto-Lei nº 38968, de 27 de Outubro de 1952, dispensava da obrigatoriedade de frequência escolar os menores residentes a mais de 3 km de qualquer escola primária gratuita, o Decreto-Lei nº 40964, de 31 de Dezembro de 1956 fixa essa distância em 4 km, se:

- junto do estabelecimento escolar funcionasse cantina;
- o caminho entre a residência do aluno e o estabelecimento não oferecesse perigo;
- os menores tivessem completado 9 anos até à data da matrícula ou até 31 de Dezembro desse ano. [72]

Apesar do esforço do Governo português em melhorar a instrução escolar das crianças com idades compreendidas entre os 7 e 13 anos, a taxa de analfabetismo existente em Portugal continuava a ser alta. Taxa essa, mais acentuada na população do sexo feminino, uma vez que não era obrigatório às crianças do sexo feminino irem à escola. Como forma de combater essa desvantagem, o Governo português alarga a escolaridade obrigatória até à quarta classe e a frequência dela para ambos os sexos (Decreto-Lei nº 42994, de 28 de Maio de 1960), mas ministrado em regime de separação de sexos, ou seja, não existiam

turmas com rapazes e raparigas, mas turmas de raparigas e turmas de rapazes. O Decreto-Lei nº 42994, de 28 de Maio de 1960, citava o seguinte:

“O ensino primário é constituído por quatro classes, formando um só ciclo, e termina com a aprovação no exame da 4ª classe.” (Artigo 1.º)

“A frequência do ensino primário é obrigatória, até à aprovação no exame final, para menores de ambos os sexos que tenham idade compreendida entre os 7 e os 12 anos, com referência a 31 de Dezembro do ano lectivo a que a matrícula respeita.” (Artigo 2.º)

“Desde que não haja perturbação para o ensino poderá ser autorizada a matrícula na 1ª classe dos menores que completem os 7 anos entre 1 de Janeiro e 7 de Outubro do ano seguinte.” (Artigo 2.º - 1)

“Desde que, igualmente, não haja prejuízo para o ensino, poderão matricular-se no ensino primário oficial os menores que, excedendo o limite máximo de idade fixado no corpo deste artigo, não tenham completado 14 anos até ao acto da matrícula. Esta faculdade não poderá ser utilizada em estabelecimentos de ensino que funcionem em regime de coeducação de sexos.” (Artigo 2.º - 2)

O artigo 2.º, do Decreto-Lei nº 42994, de 28 de Maio de 1960, seria mais tarde alterado pelo artigo 28.º do Decreto-Lei nº 47480, de 2 de Janeiro de 1967, que reformou para 31 de Março a data a que se referem as idades fixadas no art.º 2.º do Decreto-Lei nº 42994. Dispôs o artigo 28.º, do Decreto-Lei nº 47480: «1. A data a que se reportam as idades fixadas no art.º 2.º, do Decreto-Lei nº 42994, de 28 de Maio de 1960, passa a ser a de 31 de Março do ano escolar a que se respeita a matrícula; 2. O disposto no número anterior entra em vigor no ano escolar de 1968-1969.»

Em 16 de Junho de 1964, o professor Galvão Teles num discurso pronunciado referiu:

“a ascensão cultural das massas, que constitui em si um fenómeno e um desígnio altamente louváveis, pode fazer correr o risco sério de estrangulamento ou abafamento do escol intelectual. Tem por isso de ser acompanhada e vigiada com necessárias cautelas para evitar quanto possível este resultado.” [72]

Num país com uma elevada percentagem de analfabetos e com escolaridade obrigatória de quatro anos, a mais baixa da Europa e a não ser totalmente cumprida, demonstrava-se a falta de cultura existente e a dificuldade para desenvolver o ensino. Assim, e perante o seu discurso de 16 de Junho de 1964, o mesmo decretou, em 9 de Julho de 1964, a ampliação da escolaridade obrigatória de quatro classes para seis classes, pelo Decreto-lei nº 45810, de 9 de Julho de 1964, que dizia:

“O ensino primário é ampliado, passando a compreender dois ciclos, um elementar, correspondente às actuais quatro classes, e outro complementar, constituído por duas novas classes.” (Artigo 1.º)

“O ciclo complementar do ensino primário terminará com a aprovação no exame da 6ª classe ou no de admissão ao 2.º ciclo do ensino liceal ou a algum dos cursos de formação do ensino técnico-profissional.” (Artigo 2.º)

“O referido ciclo complementar terá carácter obrigatório e gratuito, como o elementar.” (Artigo 3.º - 1)

O primeiro ciclo do Ensino Liceal, como o Ciclo Preparatório do Ensino Técnico-Profissional, seria substituído pelo Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, Decreto-Lei nº 47480, de 2 de Janeiro de 1967. E a 9

de Setembro de 1968, pelo Decreto-Lei nº 48572 é aprovado o Estatuto do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, cujo art.º 1.º dispõe no seu nº 2: «O referido ciclo constitui um dos meios possíveis de cumprimento da escolaridade obrigatória».

Para garantir o cumprimento da escolaridade obrigatória por parte dos encarregados de educação, o Ministério da Educação Nacional, no mês de Maio a Agosto de cada ano, deliberou que fosse feito em todo o país o recenseamento escolar a todos os menores em condições de frequência escolar. Eram dispensados deste recenseamento os menores incapazes por doença ou defeito orgânico ou mental e os que residiam a mais de 3 km de qualquer escola primária gratuita, desde que não se assegurasse o transporte gratuito. O recenseamento escolar do Ensino Primário era da competência das comissões recenseadoras concelhias, da freguesia ou zona escolar. Estas comissões eram constituídas pelo conservador do registo civil, secretário da câmara municipal e pelo delegado do director de distrito escolar. O recenseamento ficava concluído nos primeiros dias do mês de Agosto, sendo depois elaborados verbetes individuais por ordem cronológica das datas de nascimento e publicada a lista das crianças que estavam em condições de frequentar a escolaridade obrigatória.

2.2 Programas do Ensino Primário

Como um dos sub-objectivos do trabalho era conhecer/estudar os programas aplicados na época 1948 – 1974, este subcapítulo é elaborado com o intuito de dar uma visão de todos os programas que existiram nesse período.

Com a passagem da escolaridade obrigatória para três classes, pelo Ministro Cordeiro Ramos em 1929, os programas sofrem alterações, ou seja, são simplificados. Nas três primeiras classes passou a ser

ministrado um ensino propriamente elementar, com o objectivo de ensinar a ler, escrever e contar correctamente e na quarta classe, um ensino complementar, que fornecia os conhecimentos indispensáveis a todos aqueles que não queriam continuar os estudos. Após a simplificação dos programas, o estudo de aritmética apoiava-se em bases concretas e gradualmente se ia alçando o domínio abstracto. O estudo da geometria era ensinado pelo método intuitivo e a partir dessa base concreta se alçaria às noções abstractas. [6 , Anexo 1]

Em 1936, os programas sofrem outra simplificação, devido à reforma do Ensino Primário, pelo Ministro da Educação Nacional Carneiro Pacheco (Decreto-Lei nº 27279, de 24 de Novembro de 1936), que justificou a necessidade desta simplificação do seguinte modo:

“É a razão do presente decreto-lei assente na ideia de que o Ensino Primário Elementar trairia a sua missão se continuasse a sobrepor um estéril enciclopedismo racionalismo, fatal para a saúde moral e física da criança, ao ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal.” [73]

Assim, o ensino de aritmética passaria a assentar-se nos alicerces da arquitectura das operações mentais. O conhecimento da formação dos números era o *saber contar* e a origem do desenvolvimento lógico e progressivo do raciocínio era toda a arte pedagógica que o programa devia contar. As crianças deviam formar ideias exactas da numeração e convinha que o ensino fosse feito pausadamente, tendo em conta a propriedade do aforismo popular: «devagar se vai longe». Os problemas deveriam ser simples, interessantes e tirados da vida real infantil. O ensino do sistema métrico deveria ser essencialmente prático e objectivo. Em todo o ensino, quer da aritmética, quer do sistema métrico, pôr-se-ia

de parte os processos abstractos e verbalismo: a criança devia ser levada a construir pela sua experiência o próprio saber e não devia exprimir por palavras senão aquilo que tivesse entendido. O ensino da geometria deveria ser prático, utilitário e simultâneo com o dos trabalhos manuais, servindo também de base ao sistema métrico. [5 , Anexo 1]

Tendo como objectivo coordenar e actualizar as matérias do Ensino Primário, visto ter-se verificado que existiam desarticulações nos antigos programas do Ensino Primário e que se consideravam inadequadas a técnicas pedagógicas mais modernas, o Decreto-Lei nº 42994, de 28 de Maio de 1960, vem actualizar os vigentes na época: para as três primeiras classes, o Decreto nº 27603, de 29 de Março de 1937 e para a quarta classe, o Decreto nº 16730, de 13 de Abril de 1929. [72]

Nas considerações que acompanhavam os programas, recomendava-se que a escola fosse de encontro ao interesse das crianças, com a principal tarefa do professor de ensinar as crianças a falar uma linguagem viva, mas não convencional e ensinar aritmética, que se estendia pelas quatro classes, e geometria, que englobava as duas últimas classes [72]. A aritmética passaria a ter um carácter prático, intimamente ligado à vida, o que não significava que descurasse a compreensão dos seus conceitos. Saber contar constituía a base de todo o raciocínio aritmético, começando o cálculo numérico após o número vinte. A apresentação das quatro operações far-se-ia através de problemas e julgava-se vantajoso ensinar às crianças a consultar horários de comboio, autocarros e barcos de carreira. A geometria não devia ser ensinada pelo método dedutivo que lhe é próprio, isto é, deveria ser associada aos trabalhos manuais e ao desenho em que as crianças construíam e desenhavam as figuras geométricas que iam estudando. [71 , Anexo 1]

A ampliação da escolaridade obrigatória, primeiro para quatro classes em 1960 e depois para seis classes em 1964, resultou na

necessidade de se introduzir nos programas do ciclo elementar as modificações convenientes à coordenação dos planos de estudos e programas dos dois ciclos deste ensino. Os planos de estudos do ciclo elementar do Ensino Primário são o que resulta da portaria nº 23485, de 16 de Julho de 1968, onde a aritmética continuaria a ter um carácter acentuadamente prático, e, por isso, consistiria mais na criação de hábitos e na aquisição de um novo instrumento de trabalho, do que na interpretação de concepções abstractas. Isto não quer dizer, no entanto, que negligenciasse a compreensão dos conceitos aritméticos dentro das possibilidades das crianças. Nessa compreensão residia o valor formativo da aritmética, que muito iria contribuir para o desenvolvimento intelectual dos alunos. O professor deveria ter sempre presente que a aritmética estaria intimamente ligada à vida, pois quase todos os nossos actos são condicionados pela intervenção de números e a escola não podia abstrair-se desta realidade. Assim, o ensino desta disciplina devia ser feito em conformidade com situações vividas pelas crianças, quer no ambiente familiar, quer no meio social e seria um trabalho vivo, inteligente, sempre renovado e de evidente utilidade. Os programas de todas as classes terminavam sempre com a rubrica «Problemas», não se tratando de uma razão de ordem, pelo contrário: o ensino da aritmética devia ser sempre feito por meio de problemas convenientemente preparados e oportunamente propostos e relacionados com o dia-a-dia das crianças. Dava-se especial importância à numeração e o estudo das fracções era restrito, limitando-se os números complexos às unidades de tempo. A geometria, iniciada na terceira classe, não podia ser ensinada pelo método que lhe é próprio, isto é, dedutivamente, opondo-se a isto o carácter elementar do programa, por sua vez imposto pela idade dos alunos. Os processos a utilizar seriam a observação, a análise e ainda a imaginação criadora das crianças. Mesmo que não se procedesse por dedução, o ensino deveria ser devidamente ordenado e era

aproveitada a actividade natural das crianças, levando-as a construir e a desenhar as figuras geométricas que fossem estudando. Os trabalhos manuais e o desenho seriam estreitamente associados à geometria. Este ensino deveria ter uma feição objectiva e concreta e apelar ao professor para a experiência infantil, que já dominava uma multidão de conhecimentos da natureza e da vida capazes de sugerir as diversas formas geométricas. [8 , Anexo 1]

Analisando os programas do Ensino Primário elementar entre 1955 a 1969, alguns aspectos ressaltam. Um deles era o seu tempo de vigência por períodos excessivamente largos, reflectindo o intento de manter o imobilismo social, o que provocava o não acompanhamento das inovações que surgiam do meio exterior e uma ruptura significativa entre a escola e a vida. Esta situação era agravada por os programas que os antecederam se situarem numa óptica passadista e no próprio momento da sua elaboração já se encontrarem desactualizados. É de notar que os programas para as três classes vigoraram entre 1937 a 1960, ou seja, vinte e três anos, e os programas para a quarta classe, entre 1929 a 1960, cerca de trinta e um anos. Deste modo, os programas escolares do Ensino Primário permaneceram indiferentes às mudanças provocadas pelo pós-guerra e nos próprios programas reconhece-se a sua inadequação aos preceitos psico-pedagógicos, prescrevendo-se em virtude da não continuação de estudos e a transmissão de conhecimentos próprios de uma fase etária mais adiantada. [72]

Se confrontarmos o conteúdo dos programas com os livros escolares adoptados, verifica-se que estes, no aspecto pedagógico, se situam aquém daqueles, porque um livro escolar é um instrumento mais influente na acção pedagógica do que o programa que o condiciona. [72]

Em suma, os programas do Ensino Primário em vigor na década de 60, apesar de conterem um certo espírito inovador, continuavam, no

fundamental, a orientação anterior, sem implicarem a actualização pedagógica exigida no momento e, muito mais, no futuro.

2.3 Exames do Ensino Primário

Uma vez que o objectivo principal do trabalho de investigação é o de estudar os Exames Nacionais no Ensino Primário entre 1948 a 1974, revelou-se necessária a existência de um subcapítulo que contextualizasse todos os exames realizados naquela época.

Na época de 1948 a 1959, no Ensino Primário, existiram dois géneros de exames: o exame do primeiro grau e o exame do segundo grau. O exame do primeiro grau era realizado na terceira classe e o do segundo grau na quarta classe que permitia a conclusão do Ensino Primário elementar. Os exames, do primeiro e segundo grau, começavam às 9 horas e eram realizados nas sedes de Concelho. Por norma, iniciavam-se na segunda quinzena do mês de Julho e deviam estar concluídos no último dia útil desse mês. O exame do segundo grau só tinha início quando estivesse terminado o exame do primeiro grau.

O exame do primeiro grau era constituído por provas escritas e orais. As provas escritas continham um ditado de 8 a 10 linhas, extraído do livro de leitura, uma redacção muito simples com o mínimo de quatro linhas e a resolução de cinco problemas de uso comum, não podendo envolver qualquer um deles mais de uma operação. As provas escritas tinham uma duração total de cento e vinte minutos, com um intervalo de quinze minutos entre a prova de Redacção e Aritmética (figura 2.1.) e eram feitas numa folha de papel almaço, de trinta e cinco linhas, rubricada pelos membros do júri, na qual era vincada antes do início da prova, a margem de um quarto da largura do papel e o seu resultado era tornado

EXAMES DO ENSINO PRIMÁRIO ELEMENTAR

Ponto n.º 6

DITADO

8 a 10 linhas dum trecho do livro único.

REDACÇÃO

A NOSSA BANDEIRA

O que é e o que representa? Quais são as cores da nossa Bandeira? Que vemos no meio da Bandeira? Onde costumamos ver a Bandeira? Quais são os nossos principais deveres para com ela?

ARITMÉTICA

1.º PROBLEMA

Camões morreu em MDLXXX. Há quantos anos morreu Camões?

2.º PROBLEMA

Um pedreiro ganha por dia 33\$00. Quanto ganhará numa semana de trabalho?

3.º PROBLEMA

Uma propriedade de 4 hectares e meio tem um terço da sua superfície semeado de trigo.
Quantos metros quadrados estão semeados deste precioso cereal?

4.º PROBLEMA

Custando um quilo de carvão 1 escudo e trinta centavos, quanto teremos de dar por uma arroba deste combustível?

5.º PROBLEMA

Comprei um chapéu por 140\$00, uma gravata por trinta e cinco e uns sapatos por duzentos e dez escudos.
Quanto gastei nesta compra?

Figura 2.1. " Ponto nº 6" – Exemplo de exame do 1º grau, realizado no anos 50 dos Pontos para Exames do Ensino Primário Elementar 3ª Classe, Colecção «Bom Estudante»

público por meio do editorial afixado na porta da escola e assinado pelo presidente e secretário do júri.

As provas orais eram constituídas pela leitura e interpretação de um trecho do livro do aluno e pela resolução, no quadro preto, de problemas que não envolvessem mais de uma operação. A duração das provas era de quinze minutos por cada examinando e entre as provas escritas e orais havia um intervalo mínimo de sessenta minutos. Em cada escola eram examinados dez alunos por dia e nas escolas em que o número de examinandos na terceira classe fosse muito reduzido, faziam-se os exames mais tarde de modo a reunir esses candidatos com os de outros estabelecimentos de ensino. Quando as provas escritas e orais terminavam, eram tornados públicos os seus resultados finais (modelo nº 1) (figura 2.2.) que poderia exprimir-se do seguinte modo: *Aprovado* ou *Reprovado*. (Decreto nº 27735, de 27 de Maio de 1937)

A nomeação dos júris dos exames do primeiro grau do Ensino Primário elementar era da competência dos inspectores-chefes das regiões escolares ou dos inspectores dos círculos e cada júri era constituído pelo director do distrito escolar ou por um professor seu delegado, que seria o presidente e um secretário escolhido de entre os professores das escolas da freguesia onde os exames se realizavam ou de outra escola das redondezas. (Decreto nº 27735, de 27 de Maio de 1937)

Nos exames do segundo grau era regulamentado que fosse afixada em todas as escolas das sedes de concelhos, no início do mês de Julho, as pautas divididas por género, onde os examinandos iam fazer os exames e a que júri correspondia, segundo o modelo nº 2 (figura 2.3.).

Em cada pauta era indicado com exactidão o local em que o júri iria funcionar, dia e hora em que as provas se iniciavam e os examinandos eram inscritos nas pautas por ordem alfabética, de entre os que pertenciam a cada proponente (professor), devendo ser inscritos em primeiro lugar os das freguesias mais distantes e depois os da sede de concelho. Os examinandos do mesmo sexo, e propostos pelo mesmo professor, prestavam provas perante o mesmo júri, constituído por um presidente e dois vogais, todos nomeados de entre os professores do Ensino Primário elementar, de preferência da localidade onde os exames se realizavam ou das redondezas. Nas localidades onde se organizassem júris para os dois sexos, seriam os do sexo masculino constituídos por professores e os do feminino por professoras.

O exame do segundo grau consistia de provas escritas, práticas e orais (figura 2.4.). As provas escritas eram executadas numa só folha de papel de formato almaço, e eram as seguintes: um ditado de 10 a 12 linhas, de um trecho contido em um livro de leitura, oficialmente aprovado para quarta classe; um pequeno exercício de redacção, de tema escolhido pelo júri; a resolução de um problema e execução de uma operação aritmética. As provas práticas eram as seguintes: cópia das três primeiras linhas do ditado, como prova caligráfica; exercício de desenho; cópia do natural, de um objecto de forma simples, e exercício de pesagem ou medição. A duração total das provas escritas e práticas era de noventa minutos, podendo o júri permitir o seu prolongamento por mais quinze minutos. As provas escritas e práticas eram prestadas num só dia, com intervalo de trinta minutos, e por turnos de vinte e quatro examinandos, em que as orais eram prestadas nos dias seguintes aos das escritas, em turnos de oito examinandos. (Decreto nº 18413, de 2 de Junho de 1930)

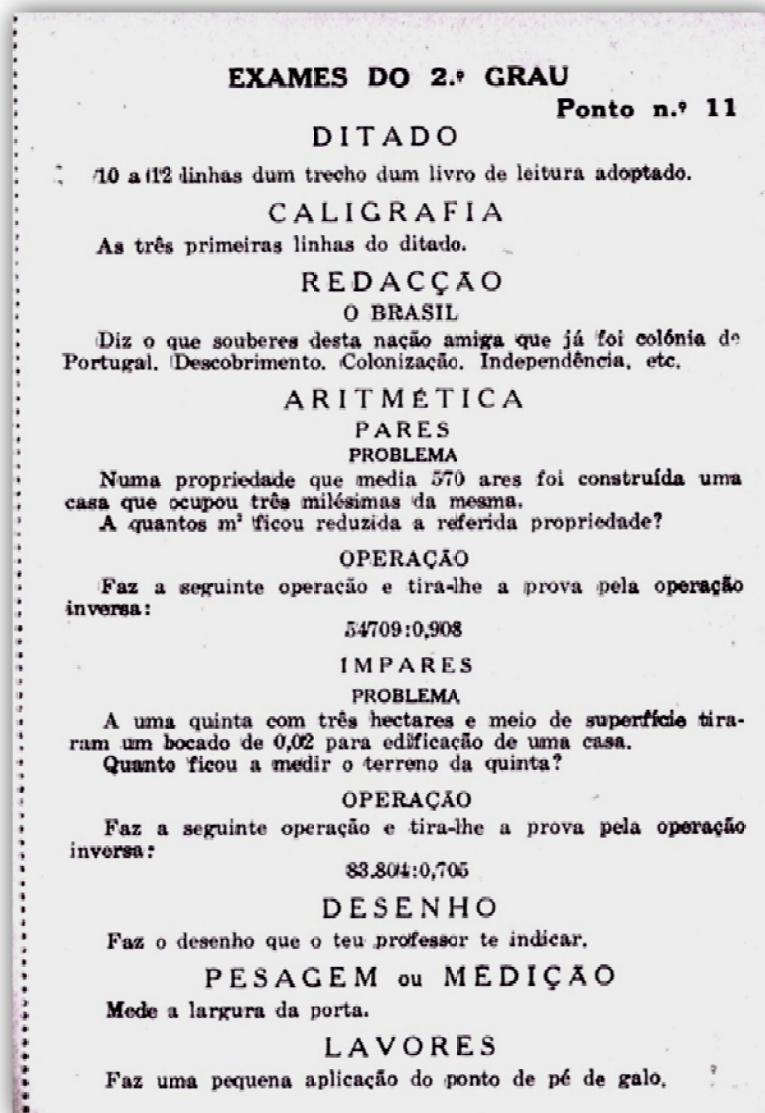


Figura 2.4. "Ponto nº 11" – Exemplo de exame do 2º grau, realizado nos anos 50 dos
Pontos para Exames do 2º grau, Colecção «Bom Estudante»

Com o término das provas escritas e práticas de cada turno, procedia-se à sua respectiva qualificação da seguinte forma: *mau*, *suficiente* e *bom*. Esta qualificação atribuída por cada membro do júri era inscrita na margem de cada prova. Eram excluídos da prova oral os

examinados que não obtivessem maioria de notas *suficiente* nas provas de Ditado, Aritmética e Desenho.

Nas provas orais, os examinandos eram chamados segundo a ordem por que estavam inscritos nas pautas, de forma a que os examinandos da mesma freguesia fizessem o exame no mesmo dia. Quando não houvesse número suficiente de examinandos para constituir um turno completo de provas orais, esses examinandos passavam para o turno do dia seguinte e eram os primeiros a realizar as provas desse turno. As provas orais constavam de um interrogatório de todas as disciplinas que constituíam o Ensino Primário, sendo realizado por dois vogais do júri, com a duração de trinta a quarenta minutos. No interrogatório, era pedido aos júris que tivessem em conta a orientação própria de cada disciplina, as circunstâncias do meio em que o examinando fora ensinado, que mudassem de assunto, ao verificar que o examinando o desconhecia e que evitassem comentários jocosos, irónicos ou acrimoniosos às respostas dos examinandos. O interrogatório deveria ser feito com lentidão suficiente para que os examinandos tivessem tempo de reflectir antes de responder.

As provas escritas e práticas não eram públicas e a elas só podiam assistir as autoridades escolares. Às provas orais só podiam assistir os professores dos examinandos e as famílias destes, além das autoridades escolares, não sendo permitida a permanência na sala a pessoas que não tivessem lugar sentado, nem a mínima intervenção ou perturbação dos exames.

Um examinando que faltasse a qualquer prova podia realizá-la de novo, desde que, no prazo de 48 horas, pagasse uma propina especial de 20\$00 em estampilhas fiscais, inutilizadas no respectivo processo.

Depois de analisadas as provas orais e escritas em conjunto, e atribuída a sua respectiva nota, eram tornados públicos os resultados finais dos exames e o examinando era considerado *Reprovado*, *Aprovado*

ou *Distinto*. *Reprovado* ou *Aprovado*, quando as provas orais eram qualificadas com a nota de *mau* ou *suficiente*, respectivamente, pela maioria dos membros do júri e *Distinto*, quando a maioria dos membros do júri qualificava as provas orais de *bom* e tivesse obtido a nota de *bom* no ditado e na prova escrita de Aritmética. Aos alunos aprovados era passado um diploma, conforme o modelo nº 3 (figura 2.5.), assinado pelo inspector-chefe e autenticado com o selo branco da inspecção.

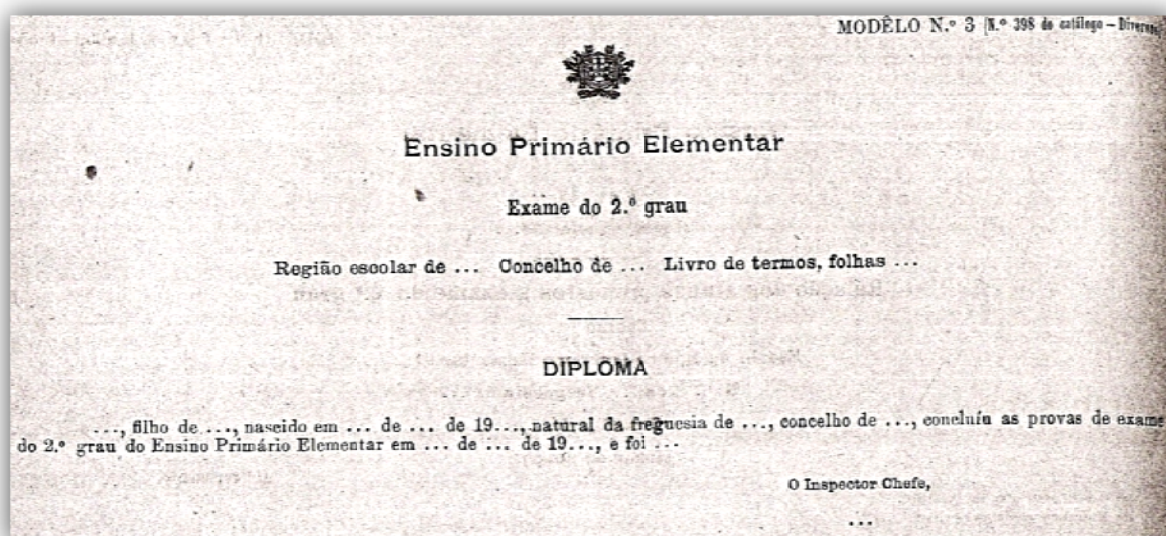


Figura 2.5. Modelo nº 3 – Minuta do diploma da aprovação no exame do 2º grau.

Decreto-Lei nº 18413, de 2 de Junho de 1930.

A organização das provas de exame competia aos directores de distrito escolar, que pedia a colaboração dos seus adjuntos ou professores do seu distrito. As provas de exame eram submetidas a uma prévia apreciação da Direcção-Geral do Ensino Primário, e a orientação pedagógica e fiscalização dos exames eram atribuídas aos inspectores - orientadores do Ensino Primário e directores de distrito escolar e seus adjuntos. [72]

A elaboração das provas escritas era da competência dos directores de distrito escolar, para demonstrar o predomínio do aspecto

administrativo sobre o pedagógico e os professores só participavam mediante escolha da entidade administrativa, o que se harmonizava com a inexistência de gestão democrática no ensino e na sociedade. [72]

Os júris dos exames da quarta classe eram nomeados pelos directores escolares dos distritos. Em regra, a presidência dos júris não recaía em anos sucessivos nos mesmos professores. Cada júri tinha um presidente e dois vogais, todos nomeados de entre os professores de Ensino Primário em exercício, sendo o serviço de exames obrigatório, não admitindo qualquer recusa, excepto por doença quando devidamente comprovada. O presidente de júri pertencia, sempre que possível, a uma escola de concelho diferente daquele onde se realizavam os exames.

Em 1962, o regulamento dos exames da quarta classe sofre alterações com a entrada do Decreto-Lei nº 44378, de 30 de Maio de 1962, que decretou que os exames podiam ser realizados nas sedes de concelho e em localidades de fácil acesso, desde que fosse possível concentrar, pelo menos, setenta e dois examinandos pertencentes a escolas de localidades limítrofes, em número suficiente para a constituição de, pelo menos, um júri. Também poderiam ser realizados exames nas escolas que funcionassem junto de empresas particulares, desde que as respectivas direcções o solicitassem junto do Ministério da Educação Nacional, por intermédio das direcções dos distritos escolares e assumissem a responsabilidade pelo pagamento das respectivas despesas com as deslocações dos júris e o expediente de exames. Esta última medida veio provocar um acréscimo de examinandos no ano lectivo 1962/1963 e nos anos subsequentes [72] veio facilitar a vida de inúmeras famílias e crianças que, em anos anteriores, eram obrigadas a percorrer grandes distâncias, com as incontestáveis perdas de tempo, dinheiro e tranquilidade.

Os exames do Ensino Primário continuaram a ser constituídos por provas escritas, práticas e orais e estas eram efectuadas numa folha de

papel formato almaço. As provas escritas e práticas começaram a ser realizadas no primeiro dia útil do mês de Julho, em turnos de vinte e quatro examinandos, sendo a prática (Lares Femininos e Conversação sobre Moral e Religião) a primeira prova a ser realizada, que começava às 9 horas e terminava às 9h 45 m. Por volta das 10 horas, começavam as provas escritas, que tinham uma duração de cento e vinte e cinco minutos, com um intervalo em cada uma delas de quinze minutos. As provas escritas eram as seguintes: um ditado de 8 a 10 linhas, com vocabulário incluído nos livros de leitura aprovados, não excedendo 100 palavras; uma interpretação livre de um trecho previamente lido e comentado pelo júri; resolução de três problemas e a resposta a três questões; ilustração de um conto ou narração previamente apresentado e explicado, podendo o examinando utilizar livremente os materiais e técnicas que desejava. Todas as provas (escritas, práticas e orais) continham um período inicial de dez minutos, dirigido à preparação psicológica dos examinandos.

Após terminarem as provas escritas e práticas de todos os candidatos inscritos, começavam as provas orais, no dia seguinte, pelas 9 horas, com duração de vinte a trinta minutos e em turnos de oito examinandos. Cada examinando era interrogado por dois membros do júri e o interrogatório incidia sobre as disciplinas de Língua Portuguesa, História Pátria, Ciências Geográficas – Naturais e Aritmética – Geometria. As provas orais eram classificadas com a nota de *bom*, *suficiente* ou *mau*, por cada um dos membros do júri, que inscrevia a nota no rosto das provas com a sua rubrica. Com o terminar das provas, considerava-se *Reprovado* quando as provas orais eram qualificadas de *mau* pela maioria dos membros do júri e *Aprovado*, quando a maioria dos membros do júri lhe atribuía a classificação de *suficiente* ou *bom* nas provas orais.

Um examinando que faltasse a qualquer prova, podia realizá-la de novo, desde que, no prazo de 48 horas, pagasse uma propina especial de 50\$00 em estampilhas fiscais, inutilizadas no respectivo processo. [7]

A 9 de Outubro de 1969, é aprovado outro regulamento dos exames da quarta classe [72 , 9]. As pautas com os nomes dos examinandos passariam a ser afixadas para conhecimento público até ao final do mês de Junho. A responsabilidade pela eficácia do serviço dos exames ficava a cargo do presidente do júri, que não deveria pertencer ao mesmo concelho onde os exames se iam realizar, e era desejável que tal critério fosse aplicado aos vogais. O serviço de exame era obrigatório para todos os professores, pelo que só poderiam ser justificadas as faltas dadas por motivo de força maior, devidamente esclarecido e comprovado perante os directores dos distritos escolares. As instruções sobre o tipo de pontos a adoptarem nos exames, tinham de ser aprovadas previamente até à segunda semana do mês de Maio.

Os exames continuariam a consistir em provas escritas, práticas e orais. As primeiras provas a serem realizadas eram as provas escritas de Língua Portuguesa (ditado com 100 a 110 palavras, extraído dos livros de leitura em uso, e redacção) que se iniciavam às 9 horas e tinham a duração de setenta minutos, seguida da prova de Aritmética – Geometria (seis questões e três problemas) que começava às 10h 35m e tinha a duração de sessenta minutos. No início da primeira prova escrita de cada turno, era concedido um período de dez minutos destinado à preparação psicológica dos examinandos. Depois das provas escritas vinham as provas práticas de Desenho e Trabalhos Manuais, que se iniciavam às 11h 50m e tinham a duração de sessenta minutos, tendo todas estas provas uma tolerância de dez minutos e um intervalo de quinze minutos entre elas. Depois, o resultado das provas escritas era afixado no dia referido, entre as 13h e as 17h e feita a marcação das provas orais.

As provas orais iniciavam-se às 9 horas de cada dia e duravam entre trinta a quarenta minutos por cada examinando. Havia provas orais de Língua Portuguesa e História Pátria, Aritmética – Geometria e Ciências Geográfico – Naturais. Quando o número de examinandos num turno fosse superior a seis, havia duas sessões, uma de manhã e uma à tarde separadas por um intervalo de noventa minutos.

As provas escritas e práticas eram classificadas pelos dois vogais do júri e o resultado era a classificação da média da nota de cada uma das provas. Quando havia discordância entre as classificações dos vogais, que pusesse em causa a admissão à prova oral, a decisão competia ao presidente do júri. No rosto do processo das provas escritas de cada examinando era anotado «*admitido à prova oral*» ou «*excluído*» com a rubrica de todos os membros do júri.

A classificação da prova escrita e prática variava entre 0 a 200 pontos e a da prova oral entre 0 e 20 valores, sendo excluídos da prova oral os examinandos que não atingissem 45 pontos na prova de Língua Portuguesa ou na de Aritmética – Geometria, 80 pontos em Língua Portuguesa e Aritmética – Geometria, desde que a cotação de Desenho e Trabalhos manuais não atingisse 135 pontos. A nota final de Língua Portuguesa e Aritmética – Geometria era obtida a partir da média da prova escrita e oral, convertida em valores com arredondamentos, onde um valor equivalia a dez pontos.

O resultado final dos exames era expressa da seguinte forma: *Reprovado*, *Aprovado com a nota de suficiente* ou *Aprovado com a nota de bom*. O examinando que obtivesse nota inferior a: 4,5 valores na prova de Aritmética – Geometria, Língua Portuguesa e História Pátria ou 9,5 valores em todas as disciplinas referidas anteriormente ou 9,5 valores de média final, era *Reprovado*. Para se obter classificação, *Aprovado com a nota de bom*, o examinando tinha que ter de média final mínima 13,5 valores, e *Aprovado com a nota de suficiente* os restantes valores. Estes

resultados eram sempre tornados públicos, em cada dia após a realização das provas orais de cada turno. (Anexo 2)

Algumas disposições do regulamento dos exames da quarta classe mantiveram-se inalterados ao longo dos anos, 1930 a 1969, como, por exemplo a conduta que os júris deveriam ter nas provas, constituição dos júris, entre outras.

O exame da quarta classe nem sempre foi realizado pelas crianças que frequentavam esta classe, porque ao candidatarem-se ao exame de admissão ao Ensino Secundário, eram dispensados do exame da quarta classe que dava equivalência ao exame de Curso de Instrução Primária.

[71]

Capítulo 3

Metodologia

O objectivo deste trabalho de investigação é fazer um estudo sobre os exames nacionais do Ensino Primário no período de 1948 a 1974 e para isso foi seguida uma metodologia documental.

Ao longo de seis meses recorri à consulta de documentos relativos aos exames nacionais realizados entre 1948 e 1974 e a todos os outros que estivessem relacionados com eles.

O Ministério da Educação foi o primeiro lugar onde me dirigi, como é óbvio, por se tratar de um tema que está ligado a esse Ministério. A pesquisa realizada foi bastante desanimadora, pois a responsável pela biblioteca e pelo Arquivo Histórico, informou-me que não tinha nenhum dos documentos que eu procurava, pois o Ministério não arquivava documentos com mais de 25 anos e com as últimas cheias em Lisboa, houve documentos que se estragaram (até mesmo alguns do arquivo morto, situado em Camarate). Este contratempo inicial teve duplo efeito. Por um lado, obrigou-me a repensar a estratégia pré-definida, com óbvias morosidades no processo e, por outro, constituiu um desafio no sentido de encontrar a nova estratégia. Após ter tomado conhecimento que o Gabinete de Avaliação Escolar (GAVE) tinha uma biblioteca, dirigi-me lá e acabei por encontrar dois livros de J. Salvado Sampaio, “Ensino Primário - 1911/1969” volume II e Volume III, que falava um pouco de todos os aspectos relacionados com o Ensino Primário. Estes livros foram de extrema importância para a elaboração do presente trabalho, porque me ajudaram a perceber o funcionamento dos exames, qual a escolaridade obrigatória na época de 1948 – 1969 e a perceber como funcionavam as “coisas” no Ensino Primário.

Após a visita ao GAVE, dirigi-me à Biblioteca Nacional onde encontrei pontos de exames da terceira e quarta classe, pontos modelos dos exames da terceira e quarta classe e diversos regulamentos de exame da quarta classe. Posteriormente, fui à Hemeroteca onde acabei por encontrar decretos-lei que se pronunciavam sobre os programas adoptados, o regulamento dos exames e a escolaridade obrigatória. Para além destes documentos encontrados na Hemeroteca, também encontrei artigos de jornais de 1948 a 1974, com publicações de exames da terceira e quarta classe. Com este material pude aprofundar, desenvolver e concluir algumas partes importantes do trabalho, conseguindo também saber como eram estruturados os exames, a quem se dirigiam, se estavam em conformidade com os programas e que alterações tinham sofrido ao longo dos anos de 1948 – 1974.

A Imprensa Nacional foi outro local que tive necessidade de visitar, pois precisei de mais alguns decretos-lei e regulamento de exames da quarta classe, que até então não tinha encontrado nos locais já visitados. Com estes novos documentos acrescentei dados importantes que permitiram um desenvolvimento mais preciso e exacto do tema em estudo.

O livro de Rómulo de Carvalho sobre «História do Ensino em Portugal» e dois livros escolares de Aritmética e Geometria da época 50, gentilmente emprestado pela professora Manuela Ferreira, foram outros dos documentos que ajudaram na elaboração do trabalho. O livro de Rómulo de Carvalho deu uma perspectiva do Ensino Primário e das medidas aplicadas no respectivo Ensino. O livro escolar deu para perceber como era seleccionado o programa de Aritmética e Geometria na escola e se respeitava as instruções didácticas que vinham no programa.

Depois de uma primeira abordagem um pouco desanimadora, mas, mais uma vez, impulsionadora de atitudes que ajuda a superar e adoptar

novas perspectivas construtivas mais adequadas às circunstâncias. Tenho a dizer que todo o material foi de uma importância incalculável e que só depois de analisado ao pormenor é que foi possível tirar as conclusões e elaborar o trabalho com todo o gosto que me propusera. Também é de realçar que, devido à grande dispersão na época dos exames em estudo, foi impossível encontrar todos os exames realizados entre 1948 a 1974.

Em virtude do material recolhido ser numeroso, foi feita uma versão digital que ficou dividida em pastas para melhor ser consultado. A versão digital tem no total dez pastas, sendo que cada uma delas está organizada por artigos de jornais, decretos-lei, regulamento dos exames, Lei de Base nº 1941, livros primários, pontos de exames, programas, legislação anotada do ensino primário e livros digitalizados de J. Salvado Sampaio (Volume II e III). As digitalizações dos documentos da versão digital foram efectuadas segundo três tipos de resoluções: digitalização de documentos a preto e branco com 150 ppi; digitalização de documentos coloridos com 300 ppi e digitalização de imagem com 200 ppi. A versão digital do material recolhido segue em anexo a este trabalho, Anexo 5.

Capítulo 4

O Exame da Terceira Classe

Tendo também como sub-objectivo do trabalho conhecer/estudar os exames na época 1948 – 1974, foi elaborado o presente capítulo para exemplificar como eram os exames da terceira classe.

O exame da terceira classe ou exame do primeiro grau foi realizado durante vinte e nove anos (entre 1930 e 1959) e era destinado a crianças com idade mínima de nove anos completos ou a completar até ao final do ano em que se realizasse o exame.

O exame da terceira classe era obrigatório para todas crianças que frequentavam a terceira classe do Curso de Instrução Primária e era realizado, normalmente, nos primeiros dias do mês de Julho, podendo ser efectuado em mais do que um dia, dependendo do número de examinandos inscritos para o exame. Assim aconteceu no ano de 1959, por exemplo, quando o exame do primeiro grau durou seis dias, último ano em que se efectuou esta prova, devido ao facto de a escolaridade obrigatória ter passado para quatro classes.

A prova escrita de Aritmética consistia na resolução de cinco problemas de uso comum, não podendo envolver qualquer um deles mais de uma operação (figura 3.1.). Como terceira prova escrita a ser realizada, depois do Ditado e da Redacção (cada uma delas com duração de vinte e quarenta minutos, respectivamente), a prova de Aritmética começaria às 10h 15m, uma vez que o exame tinha início às 9 horas, com um intervalo de quinze minutos entre a prova de Redacção e Aritmética. A prova oral de Aritmética era realizada no dia a seguir ao da prova escrita e era destinada aos examinandos que fraquejavam nessa prova, ou seja, que não acertassem em quatro problemas da prova escrita. Na prova oral, os examinandos tinham que resolver os problemas que tivessem errado na prova escrita, sendo essa resolução efectuada no quadro. Os

examinandos que tivessem nota *mau* numa das provas escritas não eram admitidos às provas orais, os que tivessem tido nota *suficiente* nas provas de ditado, redacção e Aritmética eram considerados admitidos e havia dispensa da prova de Aritmética quando se tivesse resolvido bem todos os problemas propostos. A duração máxima da prova oral, por cada examinando, era de quinze minutos.

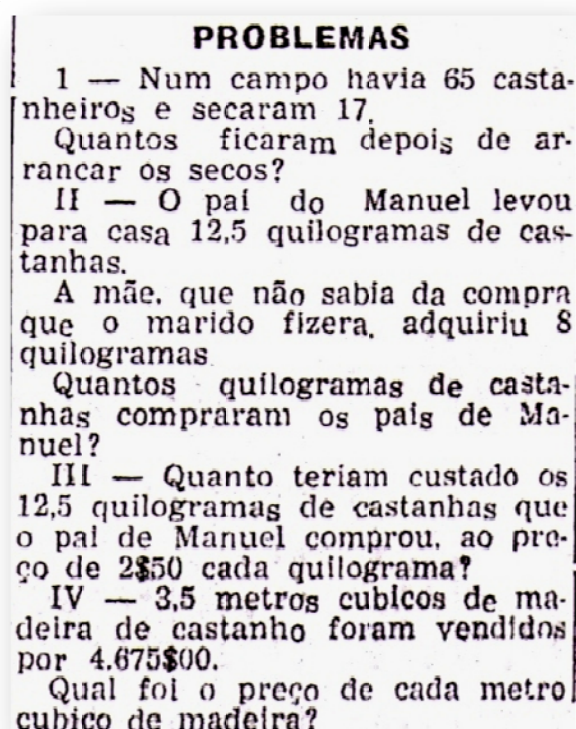


Figura 3.1. Prova de Aritmética realizado no distrito de Lisboa a 1 de Julho de 1959 e publicado no Jornal Diário de Lisboa nesse mesmo dia.

A classificação de *mau* na prova de Aritmética significava que o examinando tinha errado mais de dois problemas, não sendo considerada uma solução errada num problema quando o examinando tinha uma deficiência de cópia ou quando havia troca de algarismos. O examinando

no final da prestação das provas tinha como resultado final do exame, *Reprovado* ou *Aprovado*.

Nas escolas em que o número de examinandos na terceira classe fosse muito reduzido fazia-se o exame mais tarde, de modo a reunir esses candidatos com os de outros estabelecimentos de ensino.

Como preparação dos alunos para o exame da terceira classe existiam publicações de pontos modelos (Anexo 3) que os ajudavam na preparação para o referido exame e cujo grau de exigência era um pouco mais elevado que os do próprio exame. Tanto os exames como os pontos modelos envolviam sempre a resolução de cinco problemas, referentes a situações da vida real, porque o próprio programa exigia que fosse feito na sala de aula com os alunos, como se pode ver no programa da terceira classe (Anexo 1).

Capítulo 5

O Exame da Quarta Classe

Tendo também como sub-objectivo do trabalho conhecer/estudar os exames na época 1948-1974, foi elaborado o presente capítulo para exemplificar como eram os exames da quarta classe.

Na década de 40 e 50, o exame da quarta classe ou exame do segundo grau tinha início quando tivesse terminado o exame da terceira classe e começava, normalmente, na segunda quinzena do mês de Julho, devendo estar concluído no último dia desse mês. O exame começava às 9 horas e tinha a duração, nos termos da lei, de 3 a 3 horas e 15 minutos. Com o fim do exame da terceira classe (1960), o exame da quarta classe começou a realizar-se no princípio do mês de Julho, estando só concluído com a prestação dos examinandos na prova oral.

A idade mínima para admissão ao exame da quarta classe era de 11 anos completos ou a completar até ao dia 31 de Dezembro do ano em que se realizasse o exame. Porém, era autorizada a admissão de examinandos que completassem 10 anos nesse ano, desde que o pai, ou quem legalmente o representasse, fizesse um requerimento até ao final do mês de Junho desse mesmo ano. (Decreto-Lei nº 18413, de 2 de Junho de 1930)

Das provas práticas, escritas e orais que constituíam o exame da quarta classe, as primeiras a serem realizadas eram as provas escritas, onde a prova de Aritmética (a terceira a ser realizada das provas escritas) constava na resolução de um problema que não exigia mais de duas operações e na execução de uma operação Aritmética com a respectiva prova pela operação inversa, tendo a duração de sessenta minutos (Decreto-Lei nº 18413, de 2 de Junho de 1930). A prova de Aritmética era classificada segundo a seguinte escala: *mau*, *suficiente* e *bom*.

A prova oral era prestada nos dias seguintes aos das escritas e eram excluídos da prova oral os examinandos que não obtivessem a maioria das notas *suficiente* nas provas de Ditado, Aritmética e Desenho. O examinando que não obtivesse nota *suficiente*, pelo conjunto dos membros do júri, na prova oral de Leitura e Aritmética era *Reprovado*. Um examinando que tivesse no conjunto das provas orais e escritas a classificação de *bom*, era *Aprovado com distinção*.

Devido ao elevado número de alunos a realizar o exame da quarta classe, depois de 1954, começaram a existir provas de Aritmética diferentes, designadas por par e ímpar, mas com a mesma natureza dos exames realizados anteriormente, ou seja, um problema e uma operação com as mesmas características (figura 4.1.). Os examinandos que continham número par na pauta faziam a prova par e os examinandos com número ímpar faziam a ímpar, existindo assim duas provas de Aritmética por sala.

| Para os números pares | Para os números ímpares |
|--|---|
| PROBLEMA | PROBLEMA |
| No meu quintal fiz um canteiro de forma triangular, com a superfície de 22^m para plantar flores. Como o quintal é quadrado e tem 8 metros de lado, quantos metros quadrados de terreno ficaram fora do canteiro triangular? | Numa sala de jantar com $5^m,5$ de comprimento e $4^m,30$ de largura foi colocado um tapete com a superfície de $15^m,75$. Que superfície da sala de jantar está sem tapete? |
| OPERAÇÃO | OPERAÇÃO |
| Faça a seguinte operação e tire-lhe a prova pela inversa: $29,45 \times 54,6$ | Faça a seguinte operação e tire-lhe a prova pela inversa: $78,03 : 47,6$ |

Figura 4.1. Prova de Aritmética realizado no distrito de Lisboa a 9 de Julho de 1959 e publicado no Jornal Diário de Lisboa nesse mesmo dia.

Por mais perfeita que fosse a organização dos exames, havia contestações em relação ao regulamento de exame da quarta classe em vigor naquela época, uma vez que o exame não demonstrava a justa e exacta medida das capacidades dos examinandos e o seu nível de conhecimento (Boletim de acção educativa da Direcção-Geral do Ensino Primário, *“Escola Portuguesa”*). Por isso, as provas eram consideradas obsoletas, pouco selectivas e despropositadas, e a prova de Aritmética deveria ser no género da dos exames de admissão ao Ensino Secundário, Técnico e Liceal. [58]

Em 1964, pela primeira vez, o exame da quarta classe foi feito segundo a reforma de 1960 e portanto em novos moldes. As bases do exame foram aprovadas por despacho ministerial de 7 de Fevereiro de 1964 e o regulamento do exame da quarta classe, por despacho ministerial de 1 de Junho de 1964. A idade mínima dos examinandos passou a ser de 10 anos completos ou a completar até 31 de Dezembro do ano em que o exame se realizasse.

A natureza do exame de Aritmética – Geometria passou a ser de três problemas (dois de Aritmética e um de Geometria), devendo um deles envolver uma só operação e resposta a três questões, sendo duas sobre Aritméticas e uma sobre Geometria, não podendo nenhuma delas ser desdobradas em alíneas. Os examinandos que iam fazer exame de admissão ao liceu e escolas técnicas eram os primeiros a prestar provas.

As provas orais só começavam quando todos os examinandos inscritos na pauta tivessem terminado as provas escritas e práticas. As provas práticas passaram a ser as primeiras a realizar, por volta das 9 horas, seguida das provas escritas às 10 horas. A prova de Aritmética – Geometria era a segunda das provas escritas a ser realizada e tinha a duração de quarenta e cinco minutos, com um intervalo de quinze minutos. Era fornecido individualmente a cada um dos

examinandos um ponto, não podendo copiar os enunciados quer dos problemas quer das questões. (figura 4.2.)

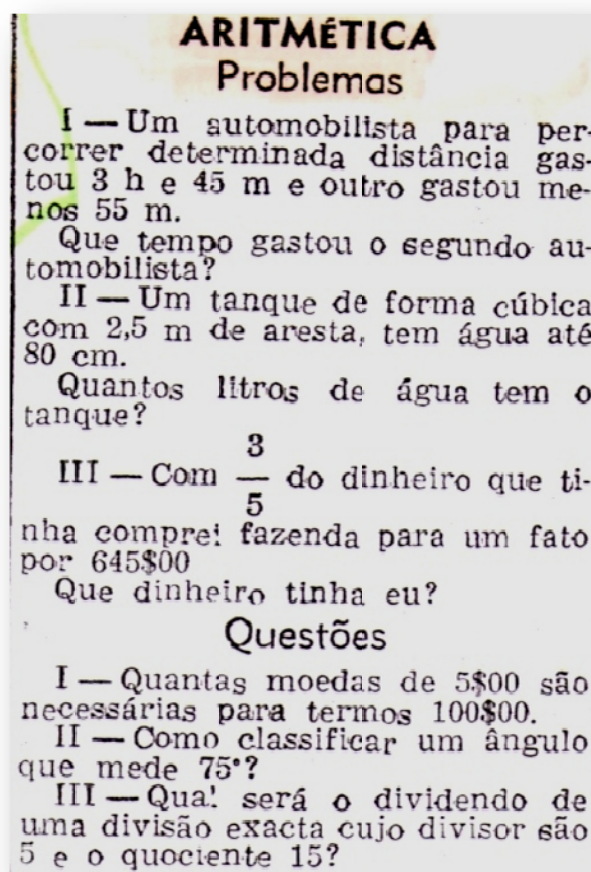


Figura 4.2. Prova de Aritmética realizado no distrito de Lisboa a 1 de Julho de 1967 e Publicado no Jornal Diário de Lisboa nesse mesmo dia.

Quando as provas escritas acabavam, o júri reunia-se para proceder à apreciação e julgamento das mesmas, onde os membros do júri escreviam na margem de cada uma das provas a qualificação de *mau*, *suficiente* ou *bom*. O critério de qualificação da prova de Aritmética – Geometria era o seguinte: *bom* quando se tivesse errado um

só exercício, *mau* quando se errassem quatro ou mais dos seis exercícios e *suficiente* nos restantes casos.

Era excluído da prova oral o examinando que não obtivesse a maioria das notas *suficiente* em cada uma das provas de Ditado e Aritmética – Geometria. O examinando que tivesse tido nota *bom* na prova de Aritmética – Geometria era dispensado desta prova oral. A prova oral de Aritmética – Geometria consistia na elucidação dos motivos de erro na prova escrita e na resolução oral ou escrita de outros problemas e questões. [11]

As provas orais começavam, em regra, às 9 horas sendo cada examinando interrogado, pelo menos, por dois membros do júri e demoravam entre vinte a trinta minutos. A classificação das provas orais era feita da seguinte maneira: cada um dos membros do júri julgava as provas orais no seu conjunto, reduzindo a sua apreciação a uma nota de *bom*, *suficiente* ou *mau*, que inscrevia no rosto das provas com a sua rubrica. Considerava-se *Reprovado* o examinando cujas provas orais tivessem a qualificação de *mau* pela maioria dos membros do júri e *Aprovado* o examinando cujas provas orais tivessem a qualificação de *suficiente* ou *bom* pela maioria dos membros do júri. No final do dia da realização das provas orais, o júri procedia à classificação e tornava público o resultado final do exame.

Entre 1968 e 1969, por despacho ministerial de 5 de Abril de 1968, é aprovado a título experimental um novo regulamento para o exame da quarta classe, que estabeleceu que a prova de Aritmética – Geometria devia ser composta pela resolução de três problemas (dois de Aritmética e um de Geometria), não contendo mais de três operações e seis questões, sendo três sobre Aritmética e três sobre Geometria, não podendo ser nenhuma das questões desdobrada em alíneas. A prova de Aritmética – Geometria continuou a ser a segunda a ser realizada, com

uma duração de sessenta minutos e um intervalo de quinze minutos entre cada prova escrita.

A prova escrita de Aritmética – Geometria era classificada de *bom*, quando o examinando não tivesse mais de um exercício errado, de *suficiente* quando não tivesse mais que um dos problemas e duas questões erradas, de *medíocre* quando não tivesse mais que dois problemas e quatro questões erradas e de *mau* nos restantes casos. (figura 4.3.)

| ARITMÉTICA E GEOMETRIA | | | |
|------------------------------------|--------|-----------------|--------|
| Problemas e Questões certas | | | |
| B o m | | Medíocre | |
| Prob. | Quest. | Probl. | Quest. |
| 3 | 6 | 3 | 3 |
| 3 | 5 | 3 | 2 |
| 2 | 6 | 2 | 3 |
| | | 2 | 2 |
| | | 1 | 6 |
| | | 1 | 5 |
| | | 1 | 4 |
| | | 1 | 3 |
| | | 1 | 2 |
| Suficiente | | M a u | |
| Probl. | Quest. | Probl. | Quest. |
| 3 | 4 | 3 | 1 |
| 2 | 5 | 3 | 0 |
| 2 | 4 | 2 | 1 |
| | | 2 | 0 |
| | | 1 | 1 |
| | | 1 | 0 |
| | | 0 | 6 |
| | | 0 | 5 |
| | | 0 | 4 |
| | | 0 | 3 |
| | | 0 | 2 |
| | | 0 | 1 |
| | | 0 | 0 |

Figura 4.3. Tabela de qualificação da prova escrita de Aritmética e Geometria. [12]

Depois de classificadas as provas escritas, eram tornadas públicas as classificações e o nome dos examinandos admitidos às provas orais, que eram realizadas em turnos de dez examinandos, podendo chegar aos doze examinandos por júri. A duração do interrogatório da prova oral foi

alterada para trinta minutos por examinando, e a prova reflectia sobre a elucidação dos motivos de erro na prova escrita de Aritmética – Geometria e na resolução oral ou escrita de outros problemas e questões. A classificação das provas orais era feita da seguinte forma: cada um dos membros do júri julgava as provas orais no seu conjunto, reduzindo a sua apreciação a uma nota de *bom*, *suficiente*, *medíocre* ou *mau*. Era excluído da prova oral, o examinando que não obtivesse, pelo menos, maioria de notas de suficiente em cada uma das provas escritas. O examinando era considerado *Aprovado*, quando no conjunto das provas orais não tivesse nenhuma qualificação de *mau* nem duas de *medíocre*, excepto, neste último caso, se tivesse alguma nota de *bom*.

Em 1970, o exame foi de novo reestruturado e elaborado segundo as medidas do despacho ministerial de 9 de Outubro de 1969. A idade mínima dos examinandos passou para 9 anos completos até 31 de Março do ano em que o exame se realizava. A prova de Aritmética – Geometria continuou a consistir na resolução de seis questões e três problemas, apresentados estes por ordem crescente do grau de dificuldade. Três das questões e um dos problemas deviam conter matéria de Geometria. Nenhum dos problemas deveria ter na sua resolução a aplicação de mais de três operações e as questões não deviam ser desdobradas em alíneas. A classificação de prova de Aritmética – Geometria, era da responsabilidade dos dois vogais do júri e era cotada de 0 a 200 pontos, correspondendo 15 pontos a cada questão, 30 pontos a um dos problemas e 40 pontos a cada um dos restantes (Anexo 2). Na correcção dos problemas, estes não eram considerados errados quando tinham um raciocínio correcto com operações erradas. A prova de Aritmética – Geometria continuou a ser a segunda a ser realizada e iniciava-se às 10h 35m, com uma duração de sessenta minutos.

Depois de classificadas as provas escritas, era tornado público, em cada dia, o resultado por indicação na respectiva pauta dos nomes dos

candidatos admitidos às provas orais, que eram realizadas em turnos de oito examinandos, podendo chegar aos dez examinandos por júri. A prova oral iniciava-se às 9 horas e tinha uma duração mínima de trinta a quarenta minutos por examinando. Eram excluídos da prova oral os examinandos que obtivessem cotação inferior a 45 pontos na prova de Aritmética – Geometria; cotação inferior a 30 pontos em Língua Portuguesa em Aritmética – Geometria; qualquer que fosse a cotação em Desenho e Trabalhos Manuais e cotação igual a 80 pontos e inferior a 95 pontos em Língua Portuguesa e em Aritmética – Geometria, salvo se a cotação de Desenho e Trabalho Manuais fosse igual ou superior a 135 pontos. As provas orais eram classificadas dentro de uma escala de 0 a 20 valores e a nota de cada prova oral era a média das notas atribuídas pelos três componentes de júri. A prova oral de Aritmética – Geometria consistia na resolução oral ou escrita de problemas e questões que poderiam partir de exercícios práticos de pesagem, medição e estimativa.

O resultado final do exame de Aritmética – Geometria resultava na média das notas da prova escrita e oral. Os resultados dos exames podiam ser: *Reprovado*, *Aprovado com a nota de suficiente* ou *Aprovado com a nota de bom*. O examinando que obtivesse nota inferior a: 4,5 valores na prova de Aritmética – Geometria, Língua Portuguesa e História Pátria; 9,5 valores em todas as disciplinas referidas anteriormente e 9,5 valores de média final, era *Reprovado*. Para se obter classificação – *Aprovado com a nota de bom* – o examinando tinha que ter de média final mínima 13,5 valores, e *Aprovado com a nota de suficiente* os restantes valores.

É importante referir que o exame da quarta classe não era nacional, uma vez que os pontos de exames eram elaborados pelo director do distrito escolar, que pedia a colaboração dos seus adjuntos ou professores do seu distrito.

No decorrer do ano de 1974, os exames, pela primeira vez, foram realizados pelos examinandos na escola que frequentavam e a elaboração dos mesmos ficou a cargo do professor que os acompanhava, assistido por um outro professor da mesma escola ou de uma escola vizinha.

Como preparação dos alunos para o exame da quarta classe, existiam publicações de pontos modelos que os preparavam para o referido exame e cujo grau de exigência era um pouco mais elevado que o do próprio exame. Só em 1968 e 1969 é que não houve publicações de pontos modelos, porque o regulamento dos exames da quarta classe decretou:

“Não será permitida a publicação dos chamados pontos modelos nem dos pontos saídos em exames anteriores.”

[13]

Estes pontos modelos estiveram sempre em conformidade com todos os regulamentos dos exames da quarta classe decretados ao longo dos 1948 a 1974, mais precisamente, com a estrutura das provas escritas. Se a prova escrita de Aritmética consistia na resolução de um problema e uma operação, os pontos modelos também seguiam o mesmo molde e assim sucessivamente ao longo desses anos, conforme o regulamento existente nessa época. (Anexo 4)

Tanto os exames como os pontos modelos sempre foram elaborados de acordo com a matéria leccionada para esse ano de escolaridade e tiveram em conta factos da vida real, como era exigido nos programas da quarta classe que se encontram em anexo. (Anexo 1)

Capítulo 6

Conclusão

Através da investigação realizada neste trabalho, pode-se concluir que a escolaridade obrigatória existente na época 1948-1974 tinha como principal objectivo transmitir, num curto período de tempo, os conhecimentos fundamentais – saber ler, escrever e contar – às crianças que não pretendiam continuar os estudos, uma vez que eram “sujeitas” a entrar numa vida profissional, por imposição dos pais, que necessitavam do pouco dinheiro que estas crianças, indo trabalhar, poderiam ganhar. O ensino adoptava inconvenientes de natureza psico-pedagógica, que consistiam em defender a não continuação dos estudos e transmitir todos os conhecimentos próprios de uma fase etária mais adiantada, uma vez que a maioria das crianças se quedavam pela escolaridade obrigatória (terceira ou quarta classe). Deste modo, as crianças ficavam, somente, com uma preparação base das técnicas de leitura e de escrita e com as elementaridades da aritmética, o que se aludia insuficiente para um país que tinha o desejo de uma economia industrializada. Como disse o ministro, Leite Pinto, em declaração à *Escola Portuguesa*, nº 1100: «... somos pouco ambiciosos quando definimos como analfabeto o indivíduo que não sabe ler, escrever e contar. Não esquecemos que noutros países tal designação engloba aqueles que não sabem interpretar satisfatoriamente um texto correcto na língua materna e não conhecem a história e as instituições do seu país, nem a posição deste no concerto de outras nações ...»

Deste estudo sobressai que o primeiro grande triunfo das crianças, era saberem que já não estavam na terceira classe, mas sim na quarta, na soleníssima quarta classe, à beira do liceu, outro mundo fantástico e promissor para elas, o que, quando acontecia, era motivo de uma enorme

alegria para as crianças que viam assim premiado o seu trabalho e florescer as suas esperanças em relação a um futuro melhor. Constatase, porém, que nem todas as crianças tinham a possibilidade de estudar, quanto mais continuar os estudos, sendo este facto mais acentuado nos meios rurais, onde o pouco dinheiro que as crianças conseguiam com o seu trabalho era uma achega muito valiosa para as famílias com carência económica. Por este motivo, o Governo decidiu intensificar a assistência aos alunos mais necessitados, como forma de combate ao absentismo escolar. Esta medida revelou-se insuficiente, uma vez que se continuou a registar uma taxa de analfabetos muito elevada, criando assim um sério problema para o país que tinha o desejo de se tornar um país industrializado e de ter uma economia mais próxima dos outros países da Europa. O facto de a escolaridade obrigatória ter passado de cinco para três anos (em 1929), tornou a população portuguesa inculta e fez com que o país recuasse no desenvolvimento do ensino das crianças, visto ter afastado o nosso país dos restantes da Europa, que tinham uma escolaridade obrigatória mais elevada, como por exemplo: Espanha – oito anos de escolaridade obrigatória e Inglaterra – dez anos, entre outros.

Apesar do esforço em aumentar a escolaridade obrigatória para quatro anos e depois para seis, um aspecto tem que ser levado em consideração: o cumprimento da obrigatoriedade escolar não se deve processar através de medidas de teor administrativo e repressivo, mas intensificando a realização de actuações políticas progressivas junto das camadas sociais desfavorecidas, para promover a frequência e o aproveitamento escolar de todas as crianças. Um outro aspecto se deve assinalar: a educação não se deve subordinar inteiramente à economia, pelo contrário, deve-se reconhecer que sem progresso educacional não pode haver prosperidade económica. [72]

Neste estudo observa-se também que o exame da terceira classe e o da quarta classe do Ensino Primário continham sempre perguntas que

estavam em conformidade com o que o programa exigia e a resolução dos problemas era simples e estes retratavam, às vezes, situações da vida real. O exame da quarta classe era um elemento decisivo na vida das crianças, uma vez que deixavam a escola para sempre e iam entrar na vida profissional, pois a escolha de um ofício era importante e faziam-no cedo. Para muitas das crianças, o exame marcava o termo da sua vida de estudante e para os outros era o primeiro acto importante da primeira etapa, que se prolongava no liceu, no ensino técnico e na universidade. Para todas elas era um acontecimento sério e importante que assinalava a entrada numa nova fase da vida, mas cheia de responsabilidades. Apesar de ser considerado de tão grande importância, é de acentuar que entre 1948 e 1963 os exames foram considerados desadequados, porque as crianças não exibiam a sua real capacidade intelectual e tudo aquilo que tinham aprendido ao longo dos quatro anos em que tinham estado na escola. Mais tarde (1964), os exames adquiriram uma outra postura mais adequados a essas crianças, que assim podiam comprovar um pouco daquilo que tinham aprendido. A grande ambição da maioria das famílias e das professoras que prepararam as crianças era a de as fazer passar com êxito no exame da quarta classe.

Para finalizar, os exames do Ensino Primário não eram nacionais porque existia ponto único por distrito escolar, elaborado pelos directores de distrito, por exemplo, distrito do Porto, distrito de Lisboa, Distrito da Guarda, entre outros, e que, apesar da existência deste ponto por distrito, ele não tinha em conta a classe social e a região concelhia a que pertenciam as crianças, o que provocava uma assimetria de notas no mesmo distrito.

Como sugestão para futuros trabalhos de investigação, talvez fosse interessante estudar “A evolução do Exame de Matemática, como prova de ingresso/específica ao ensino superior ao longo da época 1975-2008”

Fontes Bibliográficas

- [1] Direcção-Geral do Ensino Primário: Documentação-I. *Legislação Anotada do Ensino Primário*. Ministério da Educação Nacional. Lisboa 1970.
- [2] M.E.N. *Programas do Ensino Primário*. Imprensa Nacional. Lisboa 1964.
- [3] *Lei de Base do Ensino Primário: Aprovados pelo Decreto-Lei nº 1941, de 11 de Abril de 1936*. Imprensa Nacional. Lisboa.
- [4] *Programas do Ensino Primário: Aprovados pelo Decreto-Lei nº 16730, de 13 de Maio de 1929*. Imprensa Nacional. Lisboa.
- [5] *Programas do Ensino Primário: Aprovados pelo Decreto-Lei nº 27279, de 24 de Novembro de 1936*. Imprensa Nacional. Lisboa.
- [6] *Programas do Ensino Primário: Aprovados pelo Decreto-Lei nº 27603, de 29 de Março de 1937*. Imprensa Nacional. Lisboa.
- [7] *Programas do Ensino Primário: Aprovados pelo Decreto-Lei nº 42994, publicado no «Diário do Governo» nº 125, 1ª Série, de 28 de Maio de 1960*. Imprensa Nacional. Lisboa.
- [8] *Programas do Ensino Primário: Aprovados pela Portaria nº 23485, de 16 de Julho de 1968*. Imprensa Nacional. Lisboa.
- [9] Direcção do Distrito Escolar do Porto, *Regulamento dos exames da 4.ª Classe do Ciclo Elementar e 6ª Classe do Ciclo Complementar do Ensino Primário*. Direcção-Geral do Ensino Primário. Porto 1960.

- [10] Direcção do Distrito Escolar de Lisboa, *Regulamento dos exames da 4.ª Classe: circular nº 596, de 2 de Junho de 1964*. Direcção-Geral do Ensino Primário. Lisboa 1964.
- [11] Direcção do Distrito Escolar da Guarda, *Regulamento dos exames da 4.ª Classe: circular nº 596, de 2 de Junho de 1964*. Direcção-Geral do Ensino Primário. Guarda 1964.
- [12] Direcção do Distrito Escolar do Porto, *Regulamento dos exames da 4.ª Classe do Ciclo Elementar e 6ª Classe do Ciclo Complementar do Ensino Primário: circular nº 643, de 12 de Abril de 1968*. Direcção-Geral do Ensino Primário. Porto 1968.
- [13] Direcção do Distrito Escolar da Guarda, *Regulamento dos exames da 4.ª Classe e 6ª Classe do Ensino Primário: circular nº 643, de 12 de Abril de 1968*. Direcção-Geral do Ensino Primário. Guarda 1968.
- [14] Direcção do Distrito Escolar do Porto, *Regulamento dos exames da 4.ª Classe do Ciclo Elementar (Aprovado por Despacho Ministerial de 9 de Outubro de 1969)*. Direcção-Geral do Ensino Primário. Porto 1969.
- [15] Direcção do Distrito Escolar de Lisboa, *Regulamento dos exames da 4.ª Classe do Ciclo Ementar e 6ª Classe do Ciclo Complementar do Ensino Primário (Aprovado por Despacho Ministerial de 9 de Outubro de 1969)*. Direcção-Geral do Ensino Primário. Lisboa 1969.
- [16] Cunha, Carvalho da. *Exames de Admissão aos Liceus e Escolas Técnicas*. Editorial Domingos Barreira. Porto 1948.
- [17] Gouveia, F. Cardoso; Ferreira, João Gomes; Júdice, F. Acácio S.. *Pontos de Exames do 2º Grau e de Admissão ao Liceu*. Emp. Contemporânea de Edições (1949).

- [18] Fernandes, Abílio. *Exames de Admissão aos Liceus e às Escolas Técnicas Elementares*. Livraria Cruz. Braga 1951.
- [19] Freiria, Lopo; Vale, Rodrigo do. *Pontos-Modelos Graduados de Exame do 1º Grau*. Livraria Figueirinhas. Porto 1953.
- [20] Vasconcelos, Fernando. *Exames do 1º Grau – Pontos Modelos*. Livraria Rodrigues. Lisboa.
- [21] Pimenta, Romeu. *Pontos Graduados para o Exame do Ensino Primário Elementar*. Livraria Figueirinhas. Porto.
- [22] Carvalho, Pedro de. *Pontos de Exame de 3ª Classe do Ensino Primário Elementar*. Porto Editora, Lda. Porto 1952.
- [23] Carvalho, Pedro de. *Pontos de Exame de 4ª Classe do Ensino Primário Elementar*. Porto Editora, Lda. Porto 1952.
- [24] Borges, Luís Figueira. *Pontos para Exames do Ensino Primário Elementar – 3ª Classe*. Editores Gomes & Rodrigues, Lda. Lisboa 1955.
- [25] Borges, L.F. *Pontos para Exames do 2º Grau: 4ª Classe*. Editores Gomes & Rodrigues, Lda. Lisboa 1955.
- [26] Almeida, João de. *Exames de Admissão aos Liceus e Escolas Técnicas Elementares*. Livraria Cruz. Braga 1958.
- [27] Carvalho, Pedro de. *Pontos de Exame de 3ª Classe do Ensino Primário Elementar*. Porto Editora, Lda. Porto 1959.
- [28] Carvalho, Pedro de. *Pontos de Exame de 4ª Classe do Ensino Primário Elementar*. Porto Editora, Lda. Porto 1959.
- [29] Carvalho, Pedro de. *Pontos de Exame de 4ª Classe do Ensino Primário Elementar*. Porto Editora, Lda. Porto 1962.

- [30] Pimenta, Bernardo. *Pontos para o Exame da 4ª Classe*. Porto Editora, Lda. Porto 1966.
- [31] Carvalho, Pedro de. *Eu Sei?: 16 Pontos para o Exame da 4ª Classe*. Porto Editora, Lda. Porto 1968.
- [32] Lamy, Victor. *O Novo Exame: Pontos de Exame para a 4ª Classe do Ensino Primário*. Porto Editora, Lda. Porto 1968.
- [33] Vasconcelos, Fernando de. *16 pontos de Exame 4ª Classe*. Editorial Livraria dos Carvalhos. Porto 1969.
- [34] Carvalho, Pedro de. *Eu Sei?: 16 Pontos para o Exame da 4ª Classe*. Porto Editora, Lda. Porto 1969.
- [35] Nunes, Amadeu. *30 Pontos de Aritmética e Geometria – 4ª Classe*. Edições «Maranus». Porto 1969.
- [36] Carvalho, Pedro de. *Eu Sei?: 16 Pontos para o Exame da 4ª Classe*. Porto Editora. Porto 1970.
- [37] Lamy, Victor. *O Novo Exame: Pontos de Exame para a 4ª Classe do Ensino Primário*. Porto Editora. Porto 1970.
- [38] Cunha, Borges da. *24 Pontos de Exame da 4ª Classe Aritmética e Geometria (Série A)*. Livraria AVIS Papelaria. Porto 1970.
- [39] Cunha, Borges da. *24 Pontos de Exame da 4ª Classe Aritmética e Geometria (Série B)*. Livraria AVIS Papelaria. Porto 1970.
- [40] *Exames do 2º Grau*. Diário de Lisboa, de 14 de Julho de 1951.
- [41] *Exames do 2º Grau*. Diário de Lisboa, de 16 de Julho de 1951.
- [42] *Começaram hoje em todo o País os Exames dos Liceus e do Ensino Primário*. Diário de Lisboa, de 1 de Julho de 1953.

- [43] *Exames da 4ª Classe*. Diário de Lisboa, de 15 de Julho de 1953.
- [44] *Exames da 4ª Classe*. Diário de Lisboa, de 15 de Julho de 1954.
- [45] *Exames do 1º Grau*. Diário de Lisboa, de 1 de Julho de 1957.
- [46] *Exames da 4ª Classe*. Diário de Lisboa, de 15 de Julho de 1957.
- [47] *Começaram os Exames Elementares*. Diário de Lisboa, de 1 de Julho de 1958.
- [48] *Exames da 3ª e 4ª Classe*. Diário de Lisboa, de 2 de Julho de 1958.
- [49] *Começaram hoje os Exames do Ensino Primário*. Diário de Lisboa, de 29 de Junho de 1959.
- [50] *O 3º dia de Provas de Instrução Primária*. Diário de Lisboa, de 1 de Julho de 1959.
- [51] *O 4º dia de Provas de Instrução Primária*. Diário de Lisboa, de 2 de Julho de 1959.
- [52] *O 5º dia de Provas de Instrução Primária*. Diário de Lisboa, de 3 de Julho de 1959.
- [53] *Instrução Primária*. Diário de Lisboa, de 4 de Julho de 1959.
- [54] *Instrução Primária*. Diário de Lisboa, de 6 de Julho de 1959.
- [55] *Instrução Primária*. Diário de Lisboa, de 9 de Julho de 1959.
- [56] *Ensino Primário*. Diário de Lisboa, de 1 de Julho de 1960.
- [57] *Exames Primários*. Diário de Lisboa, de 1 de Julho de 1961.
- [58] *Exames da 4ª Classe*. Diário de Lisboa, de 2 de Julho de 1962.
- [59] *Instrução Primária*. Diário de Lisboa, de 30 de Junho de 1963.

- [60] *Exames de Instrução Primária*. Diário de Lisboa, de 1 de Julho de 1963.
- [61] *Novo Regulamento dos Exames de Instrução Primária*. Diário de Lisboa, de 25 de Junho de 1964.
- [62] *Exames de Instrução Primária*. Diário de Lisboa, de 30 de Junho de 1964.
- [63] *Ensino Primário*. Diário de Lisboa, de 30 de Junho de 1965.
- [64] *Exames do 2º Grau*. Diário de Lisboa, de 1 de Julho de 1965.
- [65] *Ensino Primário*. Diário de Lisboa, de 30 de Junho de 1966.
- [66] *Começam Amanhã os Exames da 4ª Classe*. Diário de Lisboa, de 30 de Junho de 1967.
- [67] *Exames de Instrução Primária*. Diário de Lisboa, de 1 de Julho de 1967.
- [68] *Exames de 4ª Classe*. Diário de Lisboa, de 1 de Julho de 1968.
- [69] *Os Exames da 4ª Classe*. Diário de Lisboa, de 29 de Junho de 1971.
- [70] *Começaram os Exames do Ensino Primário*. Diário de Lisboa, de 1 de Julho de 1972.

Referências Bibliográficas

- [71]J. Salvado Sampaio. *O ensino primário 1911-1969: contribuição monográfica*. Volume II. 2º Período (1926-1955). Instituto Gulbenkian de Ciência: Centro de investigação pedagógica. Lisboa 1976.
- [72]J. Salvado Sampaio. *O ensino primário 1911-1969: contribuição monográfica*. Volume III. 3º Período (1955-1969). Instituto Gulbenkian de Ciência: Centro de investigação pedagógica. Lisboa 1977.
- [73]Rómulo de Carvalho. *História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até o Fim do Regime de Salazar-Caetano*. 2º Edição. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa Outubro 1996.

Anexos

Anexo 1

- ✦ Programa de Aritmética e Geometria para a 3ª classe e 4ª classe de 1929
- ✦ Programa de Aritmética e Geometria para a 3ª classe de 1937
- ✦ Programa de Aritmética e Geometria para a 3ª classe e 4ª classe de 1960
- ✦ Programa de Aritmética e Geometria para a 3ª classe e 4ª classe de 1968
- ✦ Programa de Aritmética e Geometria para a 3ª classe e 4ª classe de 1972

✿ Programa de Aritmética e Geometria para a 3ª classe e 4ª classe de 1929 (**Decreto-Lei nº 16730, de 13 de Abril de 1929**)

| Aritmética | |
|--|---|
| 3ª classe | 4ª classe |
| <p>Números inteiros. Condições de divisibilidade por 2, 3, 5, 9 e 10.</p> <p>Fracções decimais. As quatro operações com fracções decimais.</p> <p>Sistema métrico: noções práticas das diversas unidades de medir e pesar.</p> <p>Sistema monetário português.</p> <p>Números ordinais.</p> <p>Numeração romana (continuação).</p> <p>Exercícios de cálculo mental. Exercícios e problemas simples</p> | <p>Fracções ordinárias. Conversão da fracção ordinária em decimal e vice-versa. Simplificação de fracções. As quatro operações com fracções ordinárias.</p> <p>Números complexos e incomplexos. As quatro operações com complexos, com aplicação apenas à medida do tempo e às divisões da circunferência.</p> <p>Sistema métrico, aplicações práticas das diversas medidas. Conhecimento das balanças decimal, centesimal e romana.</p> <p>Exercícios e problemas.</p> |

| Geometria | |
|---|--|
| 3ª classe | 4ª classe |
| <p>Noções simples de volume, superfície, linha e ponto. Linha recta, quebrada e curva, vertical, horizontal e oblíqua. Rectas perpendiculares e paralelas. A régua.</p> <p>Ângulos. Bissetriz. O esquadro.</p> <p>Triângulos e quadriláteros. Polígonos regulares. Decomposição do polígono em triângulos ou em quadriláteros e triângulos.</p> | <p>Noção sumária e prática sobre medidas dos arcos. Transferidor.</p> <p>Avaliação prática da superfície dos polígonos.</p> <p>Exercícios e problemas simples.</p> |

| | |
|--|--|
| Circunferência. Raio. Diâmetro. Corda. Tangente. Secante. Segmento, sector e coroa circulares. Circunferências concêntricas e excêntricas; circunferências secantes e tangentes. O compasso. Exemplificações do cone, do cilindro, do cubo e da esfera. Exercícios e problemas simples. | |
|--|--|

Instruções pedagógicas do programa:

O estudo de aritmética firmar-se há sempre em base concreta e gradualmente se irá elevando até o domínio abstracto.

Estabelecida a nomenclatura usual dos números, os exercícios começarão pela contagem dos objectos, etc., que primeiro não devem exceder a 9. Bem segura a contagem, progredindo e degradando, para que o lugar de cada número fique bem fixado, começam logo as demais combinações -- adições, subtrações, multiplicações e divisões - com esses, números, de começo apenas concretizados em objectos.

Em seguida com estes números, iniciar-se hão os exercícios do, cálculo mental, em sessões curtas mas muito frequentes, para construção e fixação das tábuas das operações e familiarização com os números.

Os problemas, muito simples, muito práticos e muito numerosos, começarão logo, derivando do ensino e dos casos correntes da vida familiar o social, e de modo que as crianças sejam levadas a raciocinar sobre cada enunciado, não as deixando nunca proceder por via de memorização sem significado e sem alcance educativo.

Virá depois a formação da unidade grupo: a dezena e a combinação dela com as unidades simples e depois a das dezenas entre si. Contagem dos números concretizados até 19. Muitas operações concretizadas com os

números até esse limite. Formação das tábuas de adição e subtração, uma em contraprova da outra. Números até 99. Separação dos grupos de dezenas: combinação em cada grupo com as unidades até 9. Representação destes números com figuras diferentes mas bem proporcionadas, para as dezenas e unidades; representação dos mesmos números, com figuras iguais, mas colocadas em lugares distintos e ordenados, um para as unidades e outro à esquerda para as dezenas. Formação da centena. Primeiras noções fundamentais da numeração. Escrita dos algarismos. Valor absoluto e relativo de cada algarismo; o zero. Escrita dos números conhecidos dos alunos. Tábuas das operações: construção e uso delas. Fixação das da adição e subtração. Aquisição gradual, por meio de exercícios, das da multiplicação e divisão.

2ª Classe

Revisão intensa da matéria da 1ª classe. Intensificação e extensão do cálculo mental. Emprego rigoroso dos sinais das operações. O sinal =. Indicação de um cálculo simples e do seu resultado por *meio* de uma igualdade, que deve ficar sempre numa linha.

Formação da centena; combinação com as dezenas e unidades até 9; combinação das centenas entre si. Representação com figuras diferentes para acentuar o valor de cada unidade; representação com figuras iguais, mas dispostas em lugares distintos e ordenados da direita para a esquerda, a fim de ir encaminhando para a escrita dos números.

Números inteiros inferiores a 1000. Indicação e realização de operações com números de três algarismos. Tipo prático e tradicional das operações. Na multiplicação e na divisão sempre dígito o multiplicador e o divisor.

Representação numérica do dinheiro português até 15. Emprego fundamental do sinal \$. Frisar que pode não ser precedido de zero mas quantias inferiores ao escudo, mas que à direita dele, para a representação dos centavos, são indispensáveis dois algarismos que só

podem suprimir-se sendo ambos zeros. Problemas numerosos e simples, em que joguem os números que representem quantias até ao limite indicado.

Formação do grupo milhar e sua combinação com os números menores e com as unidades simples. Operações com números de quatro algarismos. Exercícios e problemas numerosos. Multiplicações por inteiros inferiores a 100; divisões por número dígito.

Formação da dezena de milhar. Perfeito conhecimento dos números de cinco algarismos. Combinação do novo grupo com os números já conhecidos. Operações com números de cinco algarismos. Obtenção do produto e do cociente da divisão de um número inteiro escrito por um número dígito, sem figurar a operação ao modo ordinário; em especial, obtenção rápida do produto, por este processo, desde o dobro ao nónuplo de um inteiro, como exercício preparatório para a divisão.

Formação da centena de milhar. Combinação do novo grupo com os anteriores e com as unidades simples. Perfeito conhecimento dos números de seis algarismos. Operações com esses números.

Noção concretizada de fracção ordinária, de termos até 10, obtida pela divisão, em partes iguais, de um objecto apropriado ou de um segmento de recta, quando não seja possível de modo melhor. O meio ou a metade, o terço, o quarto, o quinto, o nono, o décimo. Leitura, e escrita da fracção. O numerador, o denominador; sua significação e função. O traço característico, umas vezes horizontal, o mais vulgar, mas outras vezes oblíquo e dirigido da direita para a esquerda.

Representação numérica do dinheiro português. O conto ou milhar de escudos. O ponto, seu sinal indicativo. Problemas simples e numerosos que versam, sobre a determinação de importância: compras, vendas, rendimento, despesas, etc.

Numeração romana. Valor dos símbolos ou letras empregadas. Indução pela prática, das regras de escrita dos números nesse sistema. Leitura e

escrita de datas e de números ordinais na seriação de reis, papas, capítulos, etc.

3ª Classe

Na 3ª classe começa o estudo por uma revisão intensa da matéria da classe anterior. Alargar-se-á depois o campo dos números inteiros, fazendo-se notar na sua escrita e leitura o mecanismo simples e invariável da numeração decimal. Continuarão as operações com estes números. Multiplicações por inteiros de quatro ou mais algarismos. Divisões em que o divisor tenha três ou mais algarismos. Casos especiais: multiplicação e divisão por números escritos com a unidade seguida de zeros ou outro algarismo também seguido de zeros. Multiplicador e divisor com zeros intercalados entre algarismos significativos. Divisões em que apareçam zeros no cociente. Divisões em que o número de algarismos do divisor é superior ao número de algarismos do dividendo. Número de produtos parciais determinado pelo número de algarismos significativos do multiplicador.

Noção de múltiplo e divisor de um número. Determinação dos restos da divisão de um número por 2, 3, 5, 9 e 10, sem fazer a operação. Condições de divisibilidade de um número inteiro por qualquer desses números. Exercícios de experimentação e aplicação. Notar que todo o número divisível por 10 também o é por 2 e por 5, sem que a recíproca seja sempre exacta. Notar que todo o múltiplo de 9 também o é de 3, sem que todo o de 3 o seja também de 9.

Fracções decimais sob a forma ordinária: o décimo, o centésimo, o milésimo, o milionésimo. Fracções decimais sob outra forma: a décima, a centésima, a milésima, a milionésima. Extensão dos princípios de numeração dos inteiros aos números e fracções decimais. As quatro operações sobre números ou fracções decimais. Multiplicações e divisões por meio de deslocamento da vírgula.

Numerosos e variados exercícios e problemas. Exemplos de disposição

escrita destes, com distinção nítida entre o enunciado, a resolução e a resposta ou solução deles.

Sistema métrico: conhecimento prático, sempre que seja possível, das diversas unidades de medir e de pesar. O metro, o decímetro, o duplo decímetro, o centímetro, o milímetro. O decâmetro na cadeia ou na fita métrica. O hectómetro e o quilómetro. Medição de segmentos de recta, traçados no papel, na lousa ou no quadro preto; medição de comprimentos, a decâmetros, com a cadeia métrica no terreno.

Exercícios de estimativa ou avaliação à vista de comprimentos, a exprimir em metros, decímetros ou centímetros, Representação dos números ou fracções decimais concretas obtidas; mudanças de unidades; expressão do mesmo comprimento em diversas unidades. Exercícios e problemas que envolvam todas as operações, tendo o cuidado de que nas multiplicações o multiplicador seja sempre abstracto e nas divisões o divisor.

Grama, múltiplos e submúltiplos. Pesagens, sempre que seja possível, na balança ordinária ou na de Roberval, de massas até 10 quilogramas. Avaliação de massas por estimativa; expressão do peso em quilogramas ou em gramas, conforme a massa avaliada. Representação dos resultados em números inteiros concretos ou fracções decimais concretas; mudança de unidade; expressão da mesma massa em diferentes unidades.

Exercícios e problemas que envolvam a execução de todas as operações, como com números expressos em comprimentos.

Sistema monetário português: conhecimento das moedas, notas ou cédulas em circulação. Contagem e representação de qualquer quantia. Exercícios e problemas numerosos. Leitura e escrita de datas e números ordinais na seriação de reis, papas, capítulos, etc.

4ª Classe

Revisões da matéria da classe anterior, com o fim de verificar, fixar e

completar os conhecimentos adquiridos.

Complementos do estudo das fracções. Fracções ordinárias de termos superiores a 10. O undécimo ou um onze avos; o duodécimo ou um doze avos; o vigésimo ou um vinte avos. Conversão da fracção ordinária em decimal. Meios de tomar a fracção um certo numero de vezes maior ou menor. Verificação de que a fracção não muda do valor, multiplicando-lhe ou dividindo-lhe os dois termos pelo mesmo número. Aplicação deste princípio na redução de fracções ao mesmo denominador e na simplificação delas. Simplificação das fracções. As quatro operações sobre as fracções ordinárias. Números mistos. Operações com os números inteiros combinados com as fracções. Nestas operações de inteiros combinados com fracções, deve dar-se sempre ao inteiro a forma fraccionária com a unidade por dominador para não se sobrecarregar a criança com muitas regras diferentes. Exercícios e problemas simples e numerosos que envolvam o cálculo com fracções ordinárias.

Noção de número complexo e incompleto. Complexos de tempo; complexos resultantes da medida de arcos de círculo. Símbolos diferentes para os minutos e segundos de tempo (m. e s., respectivamente) e para os minutos e segundos de grau (' e " , também respectivamente). Redução do complexo a incompleto de qualquer das suas espécies, nomeadamente da íntima espécie; redução de incompleto a complexo. As quatro operações sobre complexos, com aplicações apenas às medidas de tempo e às divisões da circunferência. Nas multiplicações e divisões, o multiplicador e o divisor serão sempre abstractos. Fazer notar claramente que os princípios fundamentais em que se baseiam as operações sobre complexos são os mesmos que presidem às operações com os números ordinários, só com aplicação mais difícil e laboriosa, o que mostrará as grandes vantagens do sistema decimal da numeração.

Complemento do sistema métrico. As medidas de superfície ou de expressão das áreas; o metro quadrado, seus múltiplos e submúltiplos. As

medidas agrárias: o are, o hectare, o miriare e o centiare. Mostrar a sua identidade com as quadradas correspondentes. Relação de 1 para 100, em que estão umas e outras, mostrada intuitivamente. Fazer notar que não são medidas efectivas, mas sim de conta ou de expressão.

Medidas de volume: o metro cúbico, o decímetro cúbico, o centímetro cúbico. Sua relação de 1 para 1000, mostrada intuitivamente. Notar que também não são medidas efectivas, mas apenas de expressão. Medidas de lenha ou de madeira: o estere, o decastere e o decistere. Sua relação de 1 para 10; sua correspondência com as cúbricas. Acentuar que o decastere corresponde a uma dezena de metros cúbicos, e o decistere a uma centena de decímetros cúbicos. Fazer notar que o estere é medida efectiva e mostrar intuitivamente, sendo possível, como se obtêm um metro cúbico, quando os paus tenham comprimento superior ou inferior a um metro.

Medidas de volume interno ou capacidade: o litro, o decalitro, o centilitro e o mililitro. Mostrar as que são efectivas e as que não são, por muito grandes ou extremamente pequenas. Aplicação das efectivas, sempre que seja possível. Expressão das medidas em números concretos, mudança de unidade; a mesma capacidade expressa em números diferentes. Adopção nestas, como em todas as medidas do sistema métrico, das abreviaturas ou símbolos oficiais. A exigência de aferição nestas medidas e nas de massa efectivas para poderem servir no comércio. As grandes unidades de massa, a tonelada e o quintal, para a expressão das grandes cargas, em vagões de caminho de ferro e em navios, por exemplo.

Correspondência entre as medidas de volume, as de capacidade e as de massa (vulgarmente de peso): o metro cúbico, o quilolitro e a tonelada; o decímetro cúbico, o litro e o quilograma; o centímetro cúbico, o milímetro e o grama. Fazer notar que a correspondência indicada com as medidas de massa só se dá tratando-se da água pura e a 4° centígrados de

temperatura.

Exercícios e problemas simples e numerosos, em que entrem em jogo números expressos em todas as medidas usuais do sistema métrico.

O estudo da geometria na escola primária começará pela noção intuitiva do volume, e dessa base concreta se elevará às noções abstractas, mas concretizáveis, de superfície, linha e ponto. Como exemplo de volume poderá fazer-se a apresentação do cubo ou de outro paralelepípedo. Em cada face de qualquer destes sólidos temos urna superfície; em cada aresta uma linha; em cada vértice de ângulo sólido um ponto.

Assim, no volume de mais simples determinação, se nos oferece a superfície mais simples, que é a plana e limitada, e no limite desta a linha, mais simples, e também limitada, que é o segmento de recta. Nos extremos do segmento temos o ponto, que depois se notará igualmente no lugar de cruzamento de quaisquer linhas.

O segmento de recta, considerando-o indefinidamente prolongado num sentido, dá a semi-recta, que tem principio – ponto de origem – mas não tem fim; e o mesmo segmento, considerando o da mesma maneira prolongado nos dois sentidos, dá a recta, que é limitada.

Em dois ou mais segmentos de recta, unidos por um dos extremos, apresentaremos a linha quebrada ou poligonal, que pode ser aberta ou fechada, côncava ou convexa. A apresentação da superfície curva poderá fazer-se na esfera ou ainda no cilindro e no cone; na falta destes sólidos, far-se-á notar, por exemplo, na casca lixa dos troncos das árvores ou nas próprias formas exteriores do corpo humano. Passaremos a figurar a linha curva, notando que também pode ser aberta ou fechada, côncava ou convexa. Combinando em seguida a linha recta com a curva tem-se a linha pista. Conhecidas as linhas, passar-se-á ao estudo da posição da recta no espaço: a vertical, cuja direcção será dada pelo fio de prumo; a horizontal, que pode assentar completamente sobre a superfície das águas em

repouso e em pequena extensão, e que o nível de água determinará nas aplicações práticas; a oblíqua, que tem outra qualquer direcção diferente da vertical e da horizontal.

A régua, sua verificação e emprego; o esquadro. Far-se-á o traçado de verticais, horizontais e oblíquas, estas dirigidas da direita, para a esquerda e da esquerda para a direita.

Verificada a segurança dos conhecimentos adquiridos passar-se-á ao estudo dos ângulos planos.

Traçando num plano duas semi-rectas com o mesmo ponto de origem, aquela superfície fica dividida em duas partes, ambas as quais se chamam ângulos. O vértice e os lados do ângulo. Espécies de ângulo: o ângulo recto, o agudo e o obtuso. Fazer notar que os lados do ângulo não são o ângulo. Mostrar que a grandeza do ângulo depende da abertura dos lados.

Divisão de um ângulo ao meio; bissectriz do ângulo. Traçado da bissectriz. Exercícios de aplicação da régua e do esquadro.

Os polígonos. Polígonos regulares convexos. Polígonos irregulares. Nomenclatura. O triângulo: os vértices, a base e a altura do triângulo. Os quadriláteros. Paralelogramos e trapézios. O paralelogramo vulgar, o rectângulo, o quadrado, o losango. As bases e a altura dos paralelogramos e trapézios.

Decomposição central do polígono regular triângulos iguais. Decomposição do polígono irregular em triângulos ou em triângulos e trapézios tirando a maior das diagonais e baixando sobre ela perpendiculares dos vértices livres.

A circunferência e o círculo. O raio, o diâmetro, a corda não diâmetro, a tangente e a secante rectilíneas. Arco de círculo. O segmento, o sector e a coroa circulares. Fazer notar que o arco é a linha, e o segmento o sector e a coroa são superfícies, como partes do círculo. Frisar, tracejando as figuras. Circunferências concêntricas e excêntricas,

interiores e exteriores; circunferências secantes; circunferências tangentes interiores ou exteriormente.

Noção muito sumária e prática sobre a medida dos arcos e dos ângulos. Conhecimento e emprego do transferidor. Notação em complexos da divisão sexagesimal da circunferência.

Avaliação da área do triângulo, do quadrado, do rectângulo ou de outro paralelogramo, do trapézio, de qualquer polígono regular ou irregular, pela soma dos triângulos ou dos triângulos e trapézios, em que se decompõe. Exercícios e problemas simples sobre cálculo de áreas.

✿ Programa de Aritmética e Geometria para a 3ª classe de 1937
(Decreto-Lei nº 27603, de 29 de Março de 1937)

| Aritmética – 3ª classe |
|--|
| Revisão da matéria da classe anterior. As quatro operações com números inteiros e decimais. Medidas de tempo. Medição de linhas, capacidades, massas, superfície e volumes. Medidas, pesos e balanças usuais. Cálculo mental. Problemas. |

| Geometria – 3ª classe |
|---|
| Noções concretizadas de geometria: volumes, superfície, linha e ponto; ângulos e polígonos; círculo e circunferência. Exemplificações do paralelepípedo, do cubo, do cilindro e da esfera. Maneira prática de traçar a circunferência e a elipse pelo processo do jardineiro. |

O programa da 4ª classe manteve-se o mesmo do 1929.

Instruções pedagógicas do programa:

À escola primária compete assentar os alicerces sobre que há-de elevar-se a arquitectura das operações mentais.

O conhecimento da formação dos números é o saber contar e a origem do desenvolvimento lógico e progressivo do raciocínio. Por isso toda a arte pedagógica se deve por ao serviço desta parte do programa.

Para que as crianças formem ideia exacta da numeração convém que este ensino se faça paulatinamente, tendo em conta que em nenhum

outro é aplicável com mais propriedade o aforismo popular. «devagar se vai longe».

Começando por objectos facilmente manuseáveis e partindo de um deles – uma unidade -, os alunos farão repetidos exercícios de composição e de decomposição dos números, juntando e tirando primeiro uma e depois mais objectos, aliando a estas diferentes operações os nomes dos números resultantes. A qualquer operação manual corresponderá, simultaneamente, a verificação mental e a forma verbal da sua expressão. Só depois do conhecimento perfeito dos primeiros números se passará à sua representação gráfica por meio dos respectivos algarismos, e, a seguir, dentro dos limites dos exercícios realizados, às operações de memória.

No equilíbrio do emprego sucessivo destes processos se põe à prova o tacto pedagógico do professor: nem demasiada materialização que origine preguiça mental, nem precipitada abstracção que deixe lacunas intransponíveis para a sequência lógica e dedutiva do raciocínio.

No princípio, atendendo-se ainda ao desnível mental do grupo de alunos que recebem o ensino, estes exercícios terão de ser feitos, por longo tempo, dentro de apertado limite. Por estádios sucessivos, o primeiro dos quais não deve ir além dos números dígitos, se irão realizando as quatro operações aritméticas, aplicadas na solução de problemas acessíveis à mentalidade das crianças.

Na compreensão da dezena e na da combinação desta com as unidades até 9 reside a maior dificuldade a vencer. Muito devagar, repetindo as lições, mas variando a maneira de as apresentar, insistindo no cálculo e na numeração falada e escrita de modo que as crianças distingam perfeitamente entre o valor absoluto e o relativo dos algarismos e conheçam o significado e a importância do zero, transpor-se-á com êxito essa barreira, sem ter de chamar anormais ou atrasadas mentais àquelas que são mais morosas no desenvolvimento intelectual.

As lições novas devem ser convenientemente espaçadas, de maneira que todas as crianças não só assimilem perfeitamente a série dos números, mas se habituem também ao cálculo mental sem terem de recorrer ao lápis e papel. O cálculo silencioso, que deve intensificar-se na escola primária, equivale à leitura silenciosa no ensino da língua materna: activa as faculdades mentais e revigora-as pelo exercício, ao mesmo tempo que promove a disciplina escolar.

Todas as crianças devem fazer repetidas vezes, para fixação perfeita do cálculo, a construção das tábuas da adição e da multiplicação.

Problemas simples, interessantes, tirados da vida real infantil, que as próprias crianças poderão enunciar, dar-lhes-ão o sentido do valor utilitário da aritmética.

Na sequência de todo o ensino, quer da aritmética, quer do sistema métrico, põr-se-ão de parte os processos abstractos e o verbalismo: a criança será levada a construir, pela sua experiência, o próprio saber, e não exprimirá por palavras senão aquilo que tiver entendido.

Todos os trabalhos realizados dentro e fora da escola terão de ser cuidadosamente verificados pelo professor, para que, havendo erro, seja levado o próprio aluno a corrigi-lo, recorrendo novamente ao raciocínio e ao cálculo, e, se for preciso, à concretização das noções.

O ensino do sistema métrico tem de ser essencialmente prático e objectivo: todas as crianças precisam de conhecer as diferentes formas de medição e pesagem mais em uso nas respectivas localidades.

Faz parte do programa de aritmética e sistema métrico o conhecimento da geometria prática. Não importam na escola primária abstracções sem aplicação imediata, mas o conhecimento concreto de noções que interessam a outros conhecimentos e à vida quotidiana.

O ensino da geometria deve, pois, ser prático, utilitário e simultâneo com os trabalhos manuais, servindo de base ao sistema métrico.

✿ Programa de Aritmética e Geometria para a 3ª classe e 4ª classe de 1960 (**Decreto-Lei nº 42994, de 28 de Maio de 1960**)

| Aritmética | |
|---|---|
| 3ª classe | 4ª classe |
| <p>Revisões das matérias estudadas nas classes anteriores.</p> <p>Prosseguimento da numeração até à classe dos milhões.</p> <p>Introdução gradual de multiplicadores e divisores de três, em casos especiais, de quatro algarismos. Prática de operações.</p> <p>Prova dos nove.</p> <p>O metro e os seus submúltiplos.</p> <p>Preparação do estudo dos números decimais: medições com as unidades lineares já conhecidas; escrita e leitura dos números representativos dessas medições; uso da vírgula.</p> <p>Noção de décima, centésima e milésima de qualquer unidade.</p> <p>Escrita e leitura de números decimais.</p> <p>Regras práticas para a multiplicação e divisão de quaisquer números por 10, 100 e 1000.</p> <p>As quatro operações com números decimais. Regras práticas para a multiplicação de quaisquer números por 0,1 , 0,01 , 0,001.</p> <p>O litro e o quilograma e respectivos</p> | <p>Revisões das matérias estudadas nas classes anteriores.</p> <p>Ideia da fracção ordinária. Conversão de fracção ordinária em número decimal (apenas nos casos de dízima finita).</p> <p>Ideia de fracção de um número e percentagem.</p> <p>Continuação do estudo das unidades lineares, de capacidade e de peso: múltiplos do metro, do litro e do quilograma.</p> <p>Prática de medições com as unidades legalmente em uso.</p> <p>Apresentação e explicação de balanças e medidoras automáticas.</p> <p>Unidades de superfície; unidades agrárias.</p> <p>Avaliação de superfícies rectangulares e triangulares.</p> <p>Unidades de volume. Avaliação de volumes de paralelepípedos rectângulos.</p> <p>Equivalência entre as unidades de volume e as de capacidade.</p> <p>Continuação do estudo dos números</p> |

| | |
|--|---|
| <p>submúltiplos. Prática de medições com estas unidades.</p> <p>A balança decimal: uso e explicação sumária do seu funcionamento.</p> <p>Continuação do estudo do papel-moeda: notas em circulação, conhecimento prático de algumas notas.</p> <p>Continuação do estudo das divisões do tempo, mediante o uso do relógio: a hora, o minuto e o segundo. Números complexos referidos a estas unidades: escrita e leitura. Problemas muito simples (por exemplo: determinação, operando com números complexos, do tempo que medeia entre duas indicações de um horário).</p> <p>Numeração romana: escrita e leitura dos números desde XXI a MM.</p> <p>Cálculo mental.</p> <p>Problemas.</p> | <p>complexos, especialmente referentes a unidades de tempo. Conclusão do estudo destas unidades: nomes e relação entre elas. Redução de números complexos a incomplexos e vice-versa. Adição e subtração de números complexos: multiplicações e divisores de números complexos por números dígitos.</p> <p>Problemas de aplicação destes conhecimentos.</p> |
|--|---|

| Geometria | |
|--|--|
| 3ª classe | 4ª classe |
| <p>Observação de sólidos geométricos: prismas e pirâmides; cilindro, cone e esfera.</p> <p>Noção intuitiva de volume. Medição das três dimensões no paralelepípedo rectângulo e no cubo.</p> | <p>Observação do pentágono e do hexágono.</p> <p>Linhas: a recta e o segmento de recta, a linha poligonal fechada e aberta. Perímetro. Medição de perímetros. Linhas paralelas e concorrentes. O</p> |

| | |
|--|--|
| <p>Observação das formas que limitam esses sólidos. Noção intuitiva de superfície. Superfícies planas e superfícies curvas. Rectângulo; triângulo; círculo. Medição das duas dimensões no quadrado e no rectângulo. Noção intuitiva de área.</p> | <p>ponto. Noção de ângulo. Concorrentes perpendiculares e oblíquas. Ângulos rectos, agudos e obtusos.</p> <p>Círculo e circunferência. O raio. Ângulos formados por dois raios.</p> <p>Divisão do círculo e da circunferência em graus. Medição de ângulos com o transferidor.</p> <p>Noções de horizontal e vertical. Uso do nível e do fio de prumo.</p> |
|--|--|

Directrizes didácticas que acompanhava o programa:

A Aritmética na escola primária terá carácter acentuadamente prático, e, por isso, consistirá mais na criação de hábitos, na aquisição de um novo instrumento de trabalho, que na interpretação de concepções abstractas. Isto não quer dizer, no entanto, que se descure a compreensão dos conceitos aritméticos dentro das possibilidades das crianças. Nessa compreensão reside o valor formativo da Aritmética, que muito há-de contribuir para o desenvolvimento intelectual dos alunos.

O professor terá sempre presente que a Aritmética está intimamente ligada à vida, pois quase todos os nossos actos são condicionados pela intervenção de números. A escola não pode alhear-se desta realidade. Por isso, o ensino desta disciplina deve ser feito em conformidade com situações vividas pelas crianças, quer no ambiente familiar, quer no meio social. Será um trabalho vivo, inteligente, sempre renovado e de evidente utilidade.

Para se seguir esta orientação disporá a escola de material de fácil aquisição e manuseamento.

Os programas de todas as classes terminam com a rubrica «Problemas». Não se trata de uma razão de ordem. Pelo contrário: sempre o ensino da aritmética deve ser feito por meio de problemas convenientemente preparados e oportunamente propostos.

Os problemas devem considerar situações vividas pelos alunos ou que, pelo menos, estejam ao alcance da sua observação e do seu interesse. As próprias crianças os poderão trazer da vida para a escola, embora seja em geral mais conveniente que o professor os proponha segundo o seu critério.

Um problema representa normalmente para a inteligência da criança uma real dificuldade. Importa, porém, que esta dificuldade não provenha de obscuridade da expressão. Na resolução dos problemas dê-se, quanto possível, preferência ao cálculo mental sobre o cálculo escrito.

Não se repita desnecessariamente um problema já resolvido pelos alunos. Repetir um problema vale tanto como repetir operações.

Para obter as primeiras noções aritméticas, a actividade dos sentidos colabora amplamente com o raciocínio. É, como se disse, a partir do concreto que se atingirá o abstracto. Este princípio tem de ser seguido muito especialmente na 1ª classe.

A base de todo o raciocínio aritmético está em saber contar. Por isso este programa dispensa um especial cuidado à numeração. Os alunos começarão por contar objectos de um até nove e, manuseando esses objectos (como esferas, discos, botões, seixos, feijões, etc.), irão fazendo, sob a forma de problemas, exercícios de composição e decomposição que envolvam as quatro operações (sem que os nomes destas apareçam ainda). Estes exercícios serão acompanhados e seguidos do cálculo mental correspondente. À medida que os alunos se forem familiarizando com os números, irão aprendendo a representá-los por algarismos.

Terminada esta fase, a contagem vai entrar no caminho da sistematização. Duas novas noções se tornam agora indispensáveis: a de

zero e a de dezena. A de zero, na função de representar a ausência de unidades simples e de substituir as ordens que faltam num número; a de dezena, no seu duplo aspecto de pluralidade e de unidade. Na compreensão destas noções reside a maior dificuldade a vencer no estudo da numeração. Não será, pois, de mais todo o tacto pedagógico.

Transpostos estes obstáculos, a contagem, a escrita e a leitura dos números prosseguem gradualmente até quinze e até vinte, usando-se os mesmos métodos anteriormente indicados.

Neste momento do estudo já o professor, na presença dos objectos contados e sua representação escrita, deverá fazer distinção do valor absoluto e do valor relativo dos algarismos.

O demorado estudo monográfico dos números até vinte é a melhor preparação para o estudo subsequente.

O ensino da numeração progredirá até 50.

Os alunos irão fazendo exercícios de contagem por dezenas e aprendendo a expressão escrita desses números. Esta prática criará no espírito das crianças, intuitiva e gradualmente, a noção de ordem. É também passado o número 20 que se começará o cálculo escrito, a princípio limitado a adições e subtracções. Ao explicar a subtracção, distingue-se o conceito de tirar e o de diferença.

A boa utilização do método que o programa indica para organizar as tábuas de multiplicar pressupõe que se faça ver aos alunos o número de objectos de cada conjunto e o número dos conjuntos. O professor levará os alunos a compreender que a multiplicação não é mais que um processo abreviado de somar parcelas iguais.

Na repetição dos objectos, que introduz, segundo o programa, o estudo da divisão, haverá dois casos a considerar: ou se determina previamente o número dos conjuntos a formar, ou o número dos objectos de cada conjunto. Partir-se-á, portanto, ou do conceito de partilha ou do conceito de conteúdo (noções de divisor e de quociente).

A apresentação das quatro operações será feita através de problemas, para que os alunos fiquem com uma ideia bem clara de cada uma delas.

Para que o conhecimento das operações se transforme em hábito é de aconselhar que os alunos façam muitos exercícios, tendo em vista, primeiro, a exactidão e, em seguida, a rapidez.

No programa da 2ª classe há a considerar o prosseguimento do estudo já iniciado e a apresentação de matérias novas.

O primeiro consiste, essencialmente, na continuação de escrita e leitura dos números e na prática das operações. A segunda consta da numeração romana, do conhecimento das moedas e do uso do calendário e do relógio.

No estudo da numeração e na prática das operações há três fases: a 1ª limitada pela ordem das dezenas; a 2ª, pela ordem das centenas; a 3ª entra já na classe dos milhares.

Na 1ª fase o ensino será gradual e regulado pelas normas indicadas na 1ª classe. Qualquer operação, antes de ser feita por escrito, deve ser feita, ou pelo menos tentada, mentalmente.

A apresentação da centena, que indica a 2ª fase, deve ser feita como o mesmo cuidado de que se usou na apresentação da dezena.

Quanto à organização das tábuas de multiplicar e dividir, só num momento bastante adiantado desta fase se introduzirão multiplicadores e divisores de dois algarismos.

É também agora que, por meio de problemas adequados, os alunos aprenderão a fazer as provas reais.

Mesmo na 3ª fase – a do estudo dos milhares – as operações nunca envolverão números difíceis pela sua grandeza.

Nesta classe as noções a adquirir sobre o dinheiro e sobre o tempo não constituem capítulos especiais com lugar fixo. A oportunidade da sua apresentação fica ao critério do professor.

Contudo, o ensino das moedas e da escrita de números referentes a dinheiro deve começar bastante cedo, para facilitar a formulação de vários problemas (compras e vendas, lucros e perdas).

Os alunos devem manusear as moedas e, depois de conhecerem os seus valores e relações, exercitar-se-ão em pagamentos, demasias, trocos.

O conhecimento do relógio começara pela observação de mostrador e dos ponteiros (diferentes dimensões, andamento diverso).

O calendário deve ser consultado diariamente, para os alunos datarem por ele os seus trabalhos escritos. Assim se habituarão as crianças a acompanhar a sequência dos dias na semana e a dos meses no ano. Também, à medida que os meses forem passando, elas anotarão o número de dias de cada um. Não possam ficar a saber, logo na 2ª classe, quantos dias têm os meses das férias grandes. Mas há toda a vantagem em levar os pequenos estudantes a ler o calendário e a concluir, do que a roda do ano vão ouvindo dizer, qual a sucessão dos meses e o número dos dias de cada um.

O estudo da numeração romana começará pela apresentação dos símbolos I e V, com os valores respectivos. O professor procederá de modo a despertar nos alunos a curiosidade de saber como se escrevem os números compreendidos entre 1 e 5. Assim se introduzirão as regras deste sistema de numeração. Com a mesma orientação didáctica se apresentará o símbolo X. Durante a fase de aprendizagem mantenha-se a correspondência gráfica dos dois sistemas de numeração.

Já familiarizados com as ordens e as classes, os alunos não devem encontrar na 3ª classe dificuldades na leitura e na escrita dos novos números. O maior obstáculo a vencer, são os números decimais. Estes devem ser ensinados a partir do metro e dos seus submúltiplos. Os alunos já conhecem bem o metro; são agora levados a observar a sua divisão em 10, 100 e 1000 partes iguais. De posse destas novas unidades, medirão comprimentos em que o metro entre um número

exacto de vezes, e verificarão que dessas medições resultam números inteiros. Medirão, depois, comprimentos em que entre uma ou mais vezes o metro e o decímetro. O professor mostrará então aos alunos como estas medições se exprimem por números decimais mistos, em que a unidade principal é seguida pela vírgula. Sucessivamente, e pelo mesmo processo prático, se introduzirão os centímetros e os milímetros. Em presença dos números decimais mistos assim obtidos, os alunos observarão as posições dos algarismos correspondentes aos metros, aos decímetros, aos centímetros e aos milímetros. Verificarão assim que as regras aprendidas na formação dos números inteiros são as mesmas que regulam agora os números decimais. Os algarismos continuam a ter um valor de figura e um valor de posição. Suprimindo as unidades, passar-se-á dos números decimais mistos aos números decimais simples.

Uma vez familiarizados com estas unidades concretas, as crianças já estarão aptas aceitar a generalização, dividindo qualquer unidade em décimas, centésimas e milésimas.

As operações com números decimais devem ser ensinadas em confronto com as mesmas operações feitas com os números inteiros. Deste modo, e utilizando problemas adequados, não será difícil aprender a colocar a vírgula nos resultados obtidos.

Conhecidas as operações com os números decimais, os alunos usarão insistentemente o litro e o quilograma e os respectivos submúltiplos.

O estudo das unidades de tempo, iniciado na 2ª classe, alarga-se agora aos minutos e aos segundos. Habitua-se os alunos a registar essas leituras feitas no relógio e assim se iniciará a aprendizagem da escrita e da leitura de números complexos.

É de grande vantagem ensinar as crianças a consultar horários de comboios, autocarros, barcos de carreira, etc. A determinação do tempo entre duas indicações imediatas fazer-se sempre mentalmente. Começará

por duas indicações imediatas e essas indicações ir-se-ão sucessivamente alargando.

Quanto à numeração romana, observem-se os preceitos didácticos indicados na 2ª classe.

O programa de aritmética na 4ª classe consta essencialmente de três assuntos: fracções, sistema métrico e números complexos.

O estudo das fracções tem de ser naturalmente restrito. A ideia de fracção de um número qualquer far-se-á por meio de problemas simples, como, por exemplo, achar os três quartos de um número de laranjas. Os alunos determinam a quarta parte e em seguida multiplicam-na por três. É este o único processo a seguir.

É agora que o sistema métrico atinge o seu natural desenvolvimento, apresentando-se como um todo ordenado. O cuidado de sistematizar não há-de, no entanto, sacrificar o aspecto prático deste ensino.

O estudo dos números complexos limita-se às unidades de tempo. As operações com complexos ou a redução de complexos a incomplexos e vice-versa apenas incluirão números pequenos, e, quando muito, referidos a três espécies de unidades.

A geometria, já introduzida na 3ª classe, ainda na 4ª classe não pode ser ensinada pelo método que lhe é próprio, isto é, dedutivamente. A isso se opõe o carácter elementar do programa, por sua vez imposto pela idade dos alunos. Os processos a utilizar serão a observação, a análise e ainda a imaginação criadora das crianças.

Mesmo que se não proceda por dedução, o ensino há-de ser devidamente ordenado. A partir da observação de cada figura geométrica se atingirá pouco a pouco um conjunto de conhecimentos.

Aproveite-se largamente a actividade natural das crianças, levando-as a construir e a desenhar as figuras geométricas que forem estudando. Os trabalhos manuais e o desenho serão, pois, estreitamente associados à geometria. Tenha todo este ensino uma feição objectiva e concreta; apele

o professor para a experiência infantil, que já domina uma multidão de conhecimentos da natureza e da vida capazes de sugerir as diversas formas geométricas. Também aqui tem insubstituível lugar o diálogo fecundo entre a experiência da criança, entre uma imaginação desenvolvida e uma imaginação que desperta.

✿ Programa de Aritmética e Geometria para a 3ª classe e 4ª classe de
1968 (**Portaria nº 23485, de 16 de Julho de 1968**)

| Aritmética | |
|---|---|
| 3ª classe | 4ª classe |
| <p>Revisões das matérias estudadas nas classes anteriores.</p> <p>Prosseguimento da numeração até à classe dos milhões.</p> <p>Introdução gradual de multiplicadores e divisores de três, em casos especiais, de quatro algarismos. Prática de operações.</p> <p>Prova dos nove.</p> <p>O metro e os seus submúltiplos.</p> <p>Preparação do estudo dos números decimais: medições com as unidades lineares já conhecidas; escrita e leitura dos números representativos dessas medições; uso da vírgula.</p> <p>Noção de décima, centésima e milésima de qualquer unidade.</p> <p>Escrita e leitura de números decimais.</p> <p>Regras práticas para a multiplicação e divisão de quaisquer números por 10, 100 e 1000.</p> <p>As quatro operações com números decimais. Regras práticas para a multiplicação de quaisquer números por 0,1 , 0,01 , 0,001.</p> <p>O litro e o quilograma e respectivos</p> | <p>Revisões das matérias estudadas nas classes anteriores.</p> <p>Ideia da fracção ordinária. Conversão de fracção ordinária em número decimal (apenas nos casos de dízima finita).</p> <p>Ideia de fracção de um número e percentagem.</p> <p>Continuação do estudo das unidades lineares, de capacidade e de peso: múltiplos do metro, do litro e do quilograma.</p> <p>Prática de medições com as unidades legalmente em uso.</p> <p>Apresentação e explicação de balanças e medidoras automáticas.</p> <p>Unidades de superfície; unidades agrárias.</p> <p>Avaliação de superfícies rectangulares e triangulares.</p> <p>Unidades de volume. Avaliação de volumes de paralelepípedos rectângulos.</p> <p>Equivalência entre as unidades de volume e as de capacidade.</p> <p>Continuação do estudo dos números</p> |

| | |
|--|--|
| <p>submúltiplos. Prática de medições com estas unidades.</p> <p>A balança decimal: uso e explicação sumária do seu funcionamento.</p> <p>Continuação do estudo do papel-moeda: notas em circulação, conhecimento prático de algumas notas.</p> <p>Continuação do estudo das divisões do tempo, mediante o uso do relógio: a hora, o minuto e o segundo. Números complexos referidos a estas unidades: escrita e leitura. Problemas muito simples (por exemplo: determinação, operando com números complexos, do tempo que medeia entre duas indicações de um horário).</p> <p>Numeração romana: escrita e leitura dos números desde XXI a MM.</p> <p>Cálculo mental.</p> <p>Problemas.</p> | <p>complexos, especialmente referentes a unidades de tempo. Conclusão do estudo destas unidades: nomes e relação entre elas. Redução de números complexos a incomplexos e vice-versa. Adição e subtração de números complexos.</p> <p>Problemas de aplicação destes conhecimentos.</p> |
|--|--|

| Geometria | |
|--|--|
| 3ª classe | 4ª classe |
| <p>Observação de sólidos geométricos: prismas e pirâmides; cilindro, cone e esfera.</p> <p>Noção intuitiva de volume. Medição das três dimensões no paralelepípedo rectângulo e no cubo.</p> | <p>Observação do pentágono e do hexágono.</p> <p>Linhas: a recta e o segmento de recta, a linha poligonal fechada e aberta. Perímetro. Medição de perímetros. Linhas paralelas e concorrentes. O</p> |

| | |
|--|--|
| <p>Observação das formas que limitam esses sólidos. Noção intuitiva de superfície. Superfícies planas e superfícies curvas. Rectângulo; triângulo; círculo. Medição das duas dimensões no quadrado e no rectângulo. Noção intuitiva de área.</p> | <p>ponto. Noção de ângulo. Concorrentes perpendiculares e oblíquas. Ângulos rectos, agudos e obtusos.</p> <p>Círculo e circunferência. O raio. Ângulos formados por dois raios.</p> <p>Divisão do círculo e da circunferência em graus. Medição de ângulos com o transferidor.</p> <p>Noções de horizontal e vertical. Uso do nível e do fio de prumo.</p> |
|--|--|

Directrizes didácticas que acompanhava o programa:

A Aritmética na escola primária terá carácter acentuadamente prático, e, por isso, consistirá mais na criação de hábitos, na aquisição de um novo instrumento de trabalho, que na interpretação de concepções abstractas. Isto não quer dizer, no entanto, que se descure a compreensão dos conceitos aritméticos dentro das possibilidades das crianças. Nessa compreensão reside o valor formativo da Aritmética, que muito há-de contribuir para o desenvolvimento intelectual dos alunos.

O professor terá sempre presente que a Aritmética está intimamente ligada à vida, pois quase todos os nossos actos são condicionados pela intervenção de números. A escola não pode alhear-se desta realidade. Por isso, o ensino desta disciplina deve ser feito em conformidade com situações vividas pelas crianças, quer no ambiente familiar, quer no meio social. Será um trabalho vivo, inteligente, sempre renovado e de evidente utilidade.

Para se seguir esta orientação disporá a escola de material de fácil aquisição e manuseamento.

Os programas de todas as classes terminam com a rubrica «Problemas». Não se trata de uma razão de ordem. Pelo contrário: sempre o ensino da aritmética deve ser feito por meio de problemas convenientemente preparados e oportunamente propostos.

Os problemas devem considerar situações vividas pelos alunos ou que, pelo menos, estejam ao alcance da sua observação e do seu interesse. As próprias crianças os poderão trazer da vida para a escola, embora seja em geral mais conveniente que o professor os proponha segundo o seu critério.

Um problema representa normalmente para a inteligência da criança uma real dificuldade. Importa, porém, que esta dificuldade não provenha de obscuridade da expressão. Na resolução dos problemas dê-se, quanto possível, preferência ao cálculo mental sobre o cálculo escrito.

Não se repita desnecessariamente um problema já resolvido pelos alunos. Repetir um problema vale tanto como repetir operações.

Para obter as primeiras noções aritméticas, a actividade dos sentidos colabora amplamente com o raciocínio. É, como se disse, a partir do concreto que se atingirá o abstracto. Este princípio tem de ser seguido muito especialmente na 1ª classe.

A base de todo o raciocínio aritmético está em saber contar. Por isso este programa dispensa um especial cuidado à numeração. Os alunos começarão por contar objectos de um até nove e, manuseando esses objectos (como esferas, discos, botões, seixos, feijões, etc.), irão fazendo, sob a forma de problemas, exercícios de composição e decomposição que envolvam as quatro operações (sem que os nomes destas apareçam ainda). Estes exercícios serão acompanhados e seguidos do cálculo mental correspondente. À medida que os alunos se forem familiarizando com os números, irão aprendendo a representá-los por algarismos.

Terminada esta fase, a contagem vai entrar no caminho da sistematização. Duas novas noções se tornam agora indispensáveis: a de

zero e a de dezena. A de zero, na função de representar a ausência de unidades simples e de substituir as ordens que faltem num número; a de dezena, no seu duplo aspecto de pluralidade e de unidade. Na compreensão destas noções reside a maior dificuldade a vencer no estudo da numeração. Não será, pois, de mais todo o tacto pedagógico.

Transpostos estes obstáculos, a contagem, a escrita e a leitura dos números prosseguem gradualmente até quinze e até vinte, usando-se os mesmos métodos anteriormente indicados.

Neste momento do estudo já o professor, na presença dos objectos contados e sua representação escrita, deverá fazer distinção do valor de figura e do valor de posição dos algarismos.

O demorado estudo monográfico dos números até vinte é a melhor preparação para o estudo subsequente.

O ensino da numeração progredirá até 50.

Os alunos irão fazendo exercícios de contagem por dezenas e aprendendo a expressão escrita desses números. Esta prática criará no espírito das crianças, intuitiva e gradualmente, a noção de ordem. É também passado o número 20 que se começará o cálculo escrito, a princípio limitado a adições e subtracções. Ao explicar a subtracção, distingue-se o conceito de tirar e o de diferença.

A boa utilização do método que o programa indica para organizar as tábuas de multiplicar pressupõe que se faça ver aos alunos o número de objectos de cada conjunto e o número dos conjuntos. O professor levará os alunos a compreender que a multiplicação não é mais que um processo abreviado de somar parcelas iguais.

Na repetição dos objectos, que introduz, segundo o programa, o estudo da divisão, haverá dois casos a considerar: ou se determina previamente o número dos conjuntos a formar, ou o número dos objectos de cada conjunto. Partir-se-á, portanto, ou do conceito de partilha ou do conceito de conteúdo (noções de divisor e de quociente).

A apresentação das quatro operações será feita através de problemas, para que os alunos fiquem com uma ideia bem clara de cada uma delas.

Para que o conhecimento das operações se transforme em hábito é de aconselhar que os alunos façam muitos exercícios, tendo em vista, primeiro, a exactidão e, em seguida, a rapidez.

No programa da 2ª classe há a considerar o prosseguimento do estudo já iniciado e a apresentação de matérias novas.

O primeiro consiste, essencialmente, na continuação de escrita e leitura dos números e na prática das operações. A segunda consta da numeração romana, do conhecimento das moedas e do uso do calendário e do relógio.

No estudo da numeração e na prática das operações há três fases: a 1ª limitada pela ordem das dezenas; a 2ª, pela ordem das centenas; a 3ª entra já na classe dos milhares.

Na 1ª fase o ensino será gradual e regulado pelas normas indicadas na 1ª classe. Qualquer operação, antes de ser feita por escrito, deve ser feita, ou pelo menos tentada, mentalmente.

A apresentação da centena, que indica a 2ª fase, deve ser feita como o mesmo cuidado de que se usou na apresentação da dezena.

Quanto à organização das tábuas de multiplicar e dividir, só num momento bastante adiantado desta fase se introduzirão multiplicadores e divisores de dois algarismos.

É também agora que, por meio de problemas adequados, os alunos aprenderão a fazer as provas reais.

Mesmo na 3ª fase – a do estudo dos milhares – as operações nunca envolverão números difíceis pela sua grandeza.

Nesta classe as noções a adquirir sobre o dinheiro e sobre o tempo não constituem capítulos especiais com lugar fixo. A oportunidade da sua apresentação fica ao critério do professor.

Contudo, o ensino das moedas e da escrita de números referentes a dinheiro deve começar bastante cedo, para facilitar a formulação de vários problemas (compras e vendas, lucros e perdas).

Os alunos devem manusear as moedas e, depois de conhecerem os seus valores e relações, exercitar-se-ão em pagamentos, demasias, trocos.

O conhecimento do relógio começara pela observação de mostrador e dos ponteiros (diferentes dimensões, andamento diverso).

O calendário deve ser consultado diariamente, para os alunos datarem por ele os seus trabalhos escritos. Assim se habituarão as crianças a acompanhar a sequência dos dias na semana e a dos meses no ano. Também, à medida que os meses forem passando, elas anotarão o número de dias de cada um. Não possam ficar a saber, logo na 2ª classe, quantos dias têm os meses das férias grandes. Mas há toda a vantagem em levar os pequenos estudantes a ler o calendário e a concluir, do que a roda do ano vão ouvindo dizer, qual a sucessão dos meses e o número dos dias de cada um.

O estudo da numeração romana começará pela apresentação dos símbolos I e V, com os valores respectivos. O professor procederá de modo a despertar nos alunos a curiosidade de saber como se escrevem os números compreendidos entre 1 e 5. Assim se introduzirão as regras deste sistema de numeração. Com a mesma orientação didáctica se apresentará o símbolo X. Durante a fase de aprendizagem mantenha-se a correspondência gráfica dos dois sistemas de numeração.

Já familiarizados com as ordens e as classes, os alunos não devem encontrar na 3ª classe dificuldades na leitura e na escrita dos novos números. O maior obstáculo a vencer são os números decimais. Estes devem ser ensinados a partir do metro e dos seus submúltiplos. Os alunos já conhecem bem o metro; são agora levados a observar a sua divisão em 10, 100 e 1000 partes iguais. De posse destas novas unidades, medirão comprimentos em que o metro entre um número

exacto de vezes, e verificarão que dessas medições resultam números inteiros. Medirão, depois, comprimentos em que entre uma ou mais vezes o metro e o decímetro. O professor mostrará então aos alunos como estas medições se exprimem por números decimais mistos, em que a unidade principal é seguida pela vírgula. Sucessivamente, e pelo mesmo processo prático, se introduzirão os centímetros e os milímetros. Em presença dos números decimais mistos assim obtidos, os alunos observarão as posições dos algarismos correspondentes aos metros, aos decímetros, aos centímetros e aos milímetros. Verificarão assim que as regras aprendidas na formação dos números inteiros são as mesmas que regulam agora os números decimais. Os algarismos continuam a ter um valor de figura e um valor de posição. Suprimindo as unidades, passar-se-á dos números decimais mistos aos números decimais simples.

Uma vez familiarizados com estas unidades concretas, as crianças já estarão aptas aceitar a generalização, dividindo qualquer unidade em décimas, centésimas e milésimas.

As operações com números decimais devem ser ensinadas em confronto com as mesmas operações feitas com os números inteiros. Deste modo, e utilizando problemas adequados, não será difícil aprender a colocar a vírgula nos resultados obtidos.

Conhecidas as operações com os números decimais, os alunos usarão insistentemente o litro e o quilograma e os respectivos submúltiplos.

O estudo das unidades de tempo, iniciado na 2ª classe, alarga-se agora aos minutos e aos segundos. Habitua-se os alunos a registar essas leituras feitas no relógio e assim se iniciará a aprendizagem da escrita e da leitura de números complexos.

É de grande vantagem ensinar as crianças a consultar horários de comboios, autocarros, barcos de carreira, etc. A determinação do tempo entre duas indicações imediatas fazer-se sempre mentalmente. Começará

por duas indicações imediatas e essas indicações ir-se-ão sucessivamente alargando.

Quanto à numeração romana, observem-se os preceitos didácticos indicados na 2ª classe.

O programa de aritmética na 4ª classe consta essencialmente de três assuntos: fracções, sistema métrico e números complexos.

O estudo das fracções tem de ser naturalmente restrito. A ideia de fracção de um número qualquer far-se-á por meio de problemas simples, como, por exemplo, achar os três quartos de um número de laranjas. Os alunos determinam a quarta parte e em seguida multiplicam-na por três. É este o único processo a seguir.

É agora que o sistema métrico atinge o seu natural desenvolvimento, apresentando-se como um todo ordenado. O cuidado de sistematizar não há-de, no entanto, sacrificar o aspecto prático deste ensino.

O estudo dos números complexos limita-se às unidades de tempo. As operações com complexos ou a redução de complexos a incomplexos e vice-versa apenas incluirão números pequenos, e, quando muito, referidos a três espécies de unidades.

A geometria, já introduzida na 3ª classe, ainda na 4ª classe não pode ser ensinada pelo método que lhe é próprio, isto é, dedutivamente. A isso se opõe o carácter elementar do programa, por sua vez imposto pela idade dos alunos. Os processos a utilizar serão a observação, a análise e ainda a imaginação criadora das crianças.

Mesmo que se não proceda por dedução, o ensino há-de ser devidamente ordenado. A partir da observação de cada figura geométrica se atingirá pouco a pouco um conjunto de conhecimentos.

Aproveite-se largamente a actividade natural das crianças, levando-as a construir e a desenhar as figuras geométricas que forem estudando. Os trabalhos manuais e o desenho serão, pois, estreitamente associados à geometria. Tenha todo este ensino uma feição objectiva e concreta; apele

o professor para a experiência infantil, que já domina uma multidão de conhecimentos da natureza e da vida capazes de sugerir as diversas formas geométricas. Também aqui tem insubstituível lugar o diálogo fecundo entre a experiência da criança, entre uma imaginação desenvolvida e uma imaginação que desperta.

✿ Programa de Aritmética e Geometria para a 3ª classe e 4ª classe de 1972

| Aritmética | |
|---|--|
| 3ª classe | 4ª classe |
| <p>Revisão do sistema de numeração, insistindo na noção de base, de ordem e de classe do sistema decimal.</p> <p>Numeração romana e sua comparação com a anterior escrita e leitura de números até MM.</p> <p>Alargamento dos conhecimentos até à classe dos milhões.</p> <p>Introdução gradual de multiplicadores e divisores de 2, 3, a algarismos, no máximo. Prática de operações.</p> <p>Provas reais da multiplicação e da divisão pela mesma operação e pela operação inversa.</p> <p>Extracção dos nove.</p> <p>Sua aplicação à prova dos nove das quatro operações.</p> <p>Revisão de medição de comprimentos com um número inteiro de metros.</p> <p>Utilização do metro para introdução da noção da décima parte.</p> <p>Medições, utilizando o metro e a sua décima parte.</p> <p>Escrita e leitura dos números representativos dessas medições, uso da</p> | <p>Revisão dos conhecimentos sobre: sistema de numeração, leitura e escrita dos números escritos neste sistema, e em numeração romana, leitura e escrita de números representados por decimais.</p> <p>Introdução dos partitivos ($1/2$ de ..., $1/3$ de ..., $1/4$ de ..., etc.) e dos partitivos multiplicativos ($2/3$ de ..., $3/4$ de ..., etc.)</p> <p>Noção de fracção $1:2 = 1/2$, $1:3 = 1/3$, etc.</p> <p>Conversão de fracção ordinária em numeral decimal.</p> <p>Problemas de aplicação.</p> <p>Unidades de comprimento. Múltiplos e submúltiplos do metro. Prática de medições.</p> <p>Unidades de áreas do sistema métrico e agrárias.</p> <p>Áreas de superfícies rectangulares e triangulares.</p> <p>Medidas de volume. Avaliação do volume do paralelepípedo, rectângulo e do cubo.</p> <p>Unidades de capacidade. Múltiplo do</p> |

| | |
|--|--|
| <p>vírgula.</p> <p>Pelo mesmo processo, usando o metro, introdução da noção de centésima e milésima.</p> <p>Submúltiplos do metro.</p> <p>Situações variadas que envolvam a escrita e leitura de números decimais.</p> <p>O litro e o quilograma e respectivos submúltiplos. Prática de medições com estas unidades.</p> <p>Continuação do papel – moeda sempre em ligação com o sistema de numeração decimal. A décima parte do escudo.</p> <p>Sistemas não decimais: a hora, o minuto e o segundo. Medições referidas em unidades complexas. Escrita e leitura.</p> <p>Problemas de aplicação.</p> | <p>litro.</p> <p>Equivalência entre as unidades de volume e capacidade.</p> <p>Medições com as unidades de capacidade.</p> <p>Apresentação e explicação de balança de braços iguais.</p> <p>Pesos iguais e diferentes.</p> <p>Unidades de peso com referências a múltiplos do quilograma.</p> <p>Prática de medições.</p> <p>Problemas de aplicação, tendo em vista o uso conveniente de unidades.</p> <p>Continuação do estudo do tempo e sua medição, relações entre as diferentes unidades.</p> <p>Redução do tempo em forma complexa e incompleta e vice-versa.</p> <p>Adições e subtracções de tempos expressos em forma complexa.</p> <p>Problemas de aplicação.</p> |
|--|--|

| Geometria | |
|--|---|
| 3ª classe | 4ª classe |
| <p>Observação de objectos familiares aos alunos: “bolas, caixas, latas”.</p> <p>Observação dos sólidos geométricos.</p> <p>Esferas, prismas (especialmente paralelepípedos e cubos), cilindros, cones.</p> | <p>Revisão de observação dos sólidos geométricos. Faces e bases, arestas, vértices.</p> <p>Superfície num plano.</p> <p>Pontos no interior, e no exterior, pontos</p> |

| | |
|---|--|
| <p>Noção intuitiva de volumes. Observação das três dimensões no paralelepípedo rectângulo e no cubo.</p> <p>Observação das superfícies que limitam esses sólidos. Superfícies planas e superfícies curvas.</p> <p>Superfície plana que constitui uma face ou uma base. Formas dessas superfícies: triângulo, quadrilátero (especial referência ao rectângulo e ao quadrado), círculo.</p> <p>Noção intuitiva de área.</p> | <p>que separam o interior do exterior. Estes, que separam o interior do exterior formam uma linha fechada.</p> <p>Superfícies limitadas por polígonos fechados. Vértices e lados dum polígono.</p> <p>Polígonos de três, quatro, cinco e seis lados (nos do quatro lados, salientar o quadro e o rectângulo).</p> <p>Perímetro dum polígono.</p> <p>Linha poligonal aberta. O ponto.</p> <p>Dois pontos determinam uma recta; segmento de recta. Rectas paralelas e concorrentes. Duas concorrentes têm ponto comum.</p> <p>Concorrentes perpendiculares e oblíquas.</p> <p>Ângulos rectos, agudos e obtusos.</p> <p>Superfície limitadas por linhas curvas.</p> <p>O círculo e a circunferência. Raio e diâmetro.</p> <p>Ângulo com vértice no centro da circunferência. Divisão da circunferência em graus. Medição de amplitude de ângulos com o transferidor.</p> <p>Noção de horizontal e vertical. Noção de bolha de ar. Fio de prumo.</p> |
|---|--|

Anexo 2

- ✚ Tabelas para a classificação das provas de 1969
- ✚ Folha de qualificação e classificação das provas de 1969

Tabelas para a classificação das provas de 1969

EXAMES DA 4.^a CLASSE RESUMO E TABELAS PARA CLASSIFICAÇÃO DAS PROVAS

I. Horário das provas escritas:

| | Início | Termo | Duração |
|--|-------------|-------------|---------|
| • Preparação psicológica dos examinandos | 9 horas | 9 h e 10 m | 10 m |
| • Língua Portuguesa (Ditado e Redacção) | 9 h e 10 m | 10 h e 20 m | 70 m |
| Intervalo | — | — | 15 m |
| • Aritmética e Geometria | 10 h e 35 m | 11 h e 35 m | 60 m |
| Intervalo | — | — | 15 m |
| • Desenho e Trabalhos Manuais | 11 h e 50 m | 12 h e 50 m | 60 m |

NOTA: A duração de cada prova terá uma tolerância de 10 m. Quando, porém, no mesmo edifício ou em edifícios próximos funcionar mais de um júri, cada prova deve iniciar-se ao mesmo tempo em todos os júris.

II. Tabela para classificação das provas escritas:

• PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA — cotação máxima: 200 pontos

DITADO: máximo 80 pontos

REDACÇÃO: máximo 120 pontos

| Erros | Faltas | Pontos | Erros | Faltas | Pontos |
|-------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 0 | 0 | 80 | 4 | 1 | 37,5 |
| 0 | 1 | 77,5 | 4 | 2 | 35 |
| 0 | 2 | 75 | 4 | 3 | 32,5 |
| 0 | 3 | 72,5 | 4 | 4 | 30 |
| 0 | 4 | 70 | 5 | 0 | 30 |
| 1 | 0 | 70 | 5 | 1 | 27,5 |
| 1 | 1 | 67,5 | 5 | 2 | 25 |
| 1 | 2 | 65 | 5 | 3 | 22,5 |
| 1 | 3 | 62,5 | 5 | 4 | 20 |
| 1 | 4 | 60 | 6 | 0 | 20 |
| 2 | 0 | 60 | 6 | 1 | 17,5 |
| 2 | 1 | 57,5 | 6 | 2 | 15 |
| 2 | 2 | 55 | 6 | 3 | 12,5 |
| 2 | 3 | 52,5 | 6 | 4 | 10 |
| 2 | 4 | 50 | 7 | 0 | 10 |
| 3 | 0 | 50 | 7 | 1 | 7,5 |
| 3 | 1 | 47,5 | 7 | 2 | 5 |
| 3 | 2 | 45 | 7 | 3 | 2,5 |
| 3 | 3 | 42,5 | 7 | 4 | 0 |
| 3 | 4 | 40 | 8 | 0 | 0 |
| 4 | 0 | 40 | + de 8 | — | 0 |

— Conteúdo ideológico — máx. 30 pontos
 — Aspectos linguísticos — « 50 »
 — Ortografia — « 30 »
 — Apresentação geral... — « 10 »

Contar os pontos da ortografia assim:

| Erros | Faltas | Pontos | Erros | Faltas | Pontos |
|-------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 0 | 0 | 30 | 3 | 1 | 15 |
| 0 | 1 | 30 | 3 | 2 | 15 |
| 0 | 2 | 30 | 3 | 3 | 15 |
| 0 | 3 | 30 | 3 | 4 | 10 |
| 0 | 4 | 25 | 4 | 0 | 10 |
| 1 | 0 | 25 | 4 | 1 | 10 |
| 1 | 1 | 25 | 4 | 2 | 10 |
| 1 | 2 | 25 | 4 | 3 | 10 |
| 1 | 3 | 25 | 4 | 4 | 5 |
| 1 | 4 | 20 | 5 | 0 | 5 |
| 2 | 0 | 20 | 5 | 1 | 5 |
| 2 | 1 | 20 | 5 | 2 | 5 |
| 2 | 2 | 20 | 5 | 3 | 5 |
| 2 | 3 | 20 | 5 | 4 | 0 |
| 2 | 4 | 15 | 6 | 0 | 0 |
| 3 | 0 | 15 | + de 6 | — | 0 |

NOTA: Serão excluídos da prova oral os examinandos que na prova escrita se encontrem em qualquer das seguintes situações:

— Com cotação inferior a 45 pontos em Líng. Port. (Ditado e Redacção) qualquer que seja a cotação em Arit. e Geom. e em Desenho e T. manuais.

— Com cotação inferior a 45 pontos em Arit. e Geom., qualquer que seja a cotação em Líng. Port. e em Desenho e T. Manuais.

— Com cotação inferior a 80 pontos em Líng. Port. e em Arit. e Geom., qualquer que seja a cotação em Desenho e T. Manuais.

— Com cotação igual ou superior a 80 pontos e inferior a 95, em Líng. Port. e em Arit. e Geom., salvo se a cotação de Des. e T. Manuais for igual ou superior a 135 pontos.

Mod. de J. R.

● PROVA ESCRITA DE ARITMÉTICA E GEOMETRIA

Cotação máxima 200 pontos

Cada resposta a uma questão, plenamente correcta, vale 15 pontos;

1.º problema plenamente certo vale 30 pontos;

2.º ou 3.º problema plenamente certo (cada um) vale 40 pontos.

(Ver critério da classificação desta prova — pág. 11).

| Questões certas | Problemas certos | Pontos |
|-----------------|---------------------------------|--------|
| 6 | Todos | 200 |
| 5 | " | 185 |
| 4 | " | 170 |
| 3 | " | 155 |
| 2 | " | 140 |
| 1 | " | 125 |
| 0 | " | 110 |
| 6 | 1.º e 2.º ou 1.º e 3.º problema | 160 |
| 5 | " " " " | 145 |
| 4 | " " " " | 130 |
| 3 | " " " " | 115 |
| 2 | " " " " | 100 |
| 1 | " " " " | 85 |
| 0 | " " " " | 70 |
| 6 | 2.º ou 3.º problema | 130 |
| 5 | " " " " | 115 |
| 4 | " " " " | 100 |
| 3 | " " " " | 85 |
| 2 | " " " " | 70 |
| 1 | " " " " | 55 |
| 0 | " " " " | 40 |
| 6 | 1.º problema | 120 |
| 5 | " " " " | 105 |
| 4 | " " " " | 90 |
| 3 | " " " " | 75 |
| 2 | " " " " | 60 |
| 1 | " " " " | 45 |
| 0 | " " " " | 30 |
| 6 | Nenhum | 90 |
| 5 | " | 75 |
| 4 | " | 60 |
| 3 | " | 45 |
| 2 | " | 30 |
| 1 | " | 15 |
| 0 | " | 0 |

III. Provas orais

- Serão classificadas pelos três componentes do júri.
- A nota de cada prova oral é a média das notas atribuídas pelos 3 membros do júri e ficará registada no rosto da prova escrita.

IV. Resultado do exame

- É expresso nas seguintes qualificações:
 - Reprovado;
 - Aprovado com a nota de suficiente;
 - Aprovado com a nota de bom.
- Ficarão reprovados os examinandos que se encontrem em qualquer das seguintes situações:
 - Nota final inferior a 4,5 valores em Língua Portuguesa e História Pátria;
 - Nota final inferior a 4,5 valores em Aritmética e Geometria;
 - Nota final inferior a 9,5 valores em Língua Portuguesa e História Pátria e também em Aritmética e Geometria;
 - Média final do exame inferior a 9,5 valores. Esta média será a média das notas finais de Língua Portuguesa e História Pátria, de Aritmética e Geometria (escritas e orais) e da nota da prova oral de Ciências Geográfico-Naturais.
- Terão a classificação de «aprovado com a nota de bom» os examinandos cuja média final seja, pelo menos, igual a 13,5 valores. Os aprovados com nota inferior a 13,5 valores terão a qualificação de «aprovado com a nota de suficiente».

Mod. de J. R.

Folha de qualificação e classificação das provas de 1969

V. POR CADA EXAMINANDO PODERÁ UTILIZAR-SE ESTE MODELO DE

FOLHA DE QUALIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROVAS

Examinando N.º

Data da prova escrita/...../..... Data da prova oral/...../.....

| QUALIFICAÇÕES | Cotação em Pontos (10 pontos equivalem a 1 valor) | LÍNGUA PORTUGUESA E HISTÓRIA PÁTRIA | | | | | | | | | | | | Nota final (Média da prova escrita e oral) | |
|---------------|--|-------------------------------------|-----|-------|--------|----------|-------|-----------------|------------------------------|----------------------------|-----------|---------|-------|---|--|
| | | Prova escrita | | | | | | | | Prova oral | | | | | |
| | | Ditado | | | | Redacção | | | | Líng. Port. e Hist. Pátria | | | | | |
| | | Vogais | | Média | Vogais | | Média | Soma das médias | Valores atribuídos pelo Júri | | | | Média | | |
| | | 1.º | 2.º | | 1.º | 2.º | | | Presidente | 1.º vogal | 2.º vogal | Valores | | | |
| P. | P. | P. | P. | P. | P. | P. | P. | V. | | | | | | | |
| Bom | 135 a 200 (a) | | | | | | | | | | | | | | |
| Suf. | 95 a 134 (a) | | | | | | | | | | | | | | |
| — | 80 a 94 (a) | | | | | | | | | | | | | | |
| — | 45 a 79 (a) | | | | | | | | | | | | | | |
| — | menos de 45 (a) | | | | | | | | | | | | | | |

| QUALIFIC. | Cotação em Pontos | ARITMÉTICA E GEOMETRIA | | | | | | | | | | | | Nota final (Média da escrita e oral) Val. | |
|-----------|-------------------|----------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----------|----|-----|--|------------|-----------------|---|----|
| | | Prova escrita | | | | | | | | | | Prova oral | | | |
| | | Pontuação atribuída pelos vogais | | | | | | | | | | Média | Valores do Júri | | |
| | | Questões | | | | | | Problemas | | | | | P. | | V. |
| | | 1.ª | 2.ª | 3.ª | 4.ª | 5.ª | 6.ª | I | II | III | | | | | |
| Bom | 135 a 200 | | | | | | | | | | | | | | |
| Suf. | 95 a 134 | | | | | | | | | | | | | | |
| — | 80 a 94 | | | | | | | | | | | | | | |
| — | 45 a 79 | | | | | | | | | | | | | | |
| — | — de 45 | | | | | | | | | | | | | | |

| QUALIFIC. | Cotação em Pontos | DESENHO e T. MANUAIS | | | | | | | | C. G.-NAT. | | | | RESUMO | |
|-----------|-------------------|----------------------|-----|-------|------|---------|-------|------------------------------|------------------------------|-----------------|--------------------|-----------------------------|----|-----------------------|------------------------------|
| | | Desenho | | | | T. Man. | | | | Valores do Júri | | | | NOTAS FINAIS | |
| | | Vog. | | Média | Vog. | | Média | Nota final (Soma das médias) | 1.º | | Nota final (Média) | Língua Port. e Hist. Pátria | | Valores | |
| | | 1.º | 2.º | | 1.º | 2.º | | | Aritmética e Geometria | | | | | | |
| | | P. | P. | P. | V. | P. | P. | P. | V. | P. | V. | V. | V. | Val. | Ciências Geogr.-Naturais ... |
| Bom | 135 a 200 | | | | | | | | | | | | | Des. e T. Manuais (b) | |
| Suf. | 95 a 134 | | | | | | | | | | | | | | |
| — | 80 a 94 | | | | | | | | | | | | | | |
| — | 45 a 79 | | | | | | | | | | | | | | |
| — | — de 45 | | | | | | | | | | | | | Média final do exame | |

(a) Escrever os pontos ou os valores, na linha horizontal, correspondente à cotação, em todas as provas.

(b) A nota final de Des. e T. Man. não conta para a média final do exame.

Anexo 3

✚ “Ponto nº 18” – *Pontos modelos dos exames do 1º grau da colecção*
«*Gosto de Aprender*» do professor Fernando Vasconcelos, de 1955

“Ponto nº 18” – *Pontos modelos dos exames do 1º grau da colecção «Gosto de Aprender» do professor Fernando Vasconcelos, de 1955*

Tempo para esta prova: 1 hora

Ponto n.º 18

Prova de Aritmética

PROBLEMAS

I

Uma senhora comprou três dúzias de laranjas. Quantas laranjas comprou?

| <i>Operação indicada</i> | <i>Operação efectuada</i> |
|--------------------------|---------------------------|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

Resposta:

II

O Raul tem 25\$20 e o Romeu tem 124\$50. Quanto tem a mais o Romeu?

| <i>Operação indicada</i> | <i>Operação efectuada</i> |
|--------------------------|---------------------------|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

Resposta:

III

Um metro cúbico de lenha custa 25\$40. Quanto custam 15 decistères?

| <i>Operação indicada</i> | <i>Operação efectuada</i> |
|--------------------------|---------------------------|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

Resposta:

IV

Quantos quilómetros andou por dia um automóvel que em cinco dias fez uma viagem de 624,5 km.?

| <i>Operação indicada</i> | <i>Operação efectuada</i> |
|--------------------------|---------------------------|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

Resposta:

V

Um terreno de 2,5x5 custou 250 contos. A como foi cada metro quadrado?

| <i>Operação indicada</i> | <i>Operação efectuada</i> |
|--------------------------|---------------------------|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

Resposta:

Data:

Nome:

Anexo 4

- ✚ Ponto modelo aplicado no distrito do Porto. “Ponto nº 3” – *Pontos de exame 4ª classe*, do professor Pedro de Carvalho, de 1952
- ✚ Ponto modelo aplicado no distrito de Lisboa. “Ponto nº 4” – *Pontos para o de exame 4ª classe*, do professor Bernardo Pimenta, de 1966
- ✚ Ponto modelo aplicado no distrito do Porto. “Ponto nº 6” – *19 Pontos de exame 4ª classe*, do professor Fernando Vasconcelos, de 1969

Ponto modelo aplicado no distrito do Porto. “Ponto nº 3” – *Pontos de exame 4ª classe*, do professor Pedro de Carvalho, de 1952

Ponto n.º 3

Aritmética
Problema

Um operário ganha diariamente 27\$00 e gasta a terça parte do seu salário em renda de casa. Que quantia gasta em renda de casa por mês?

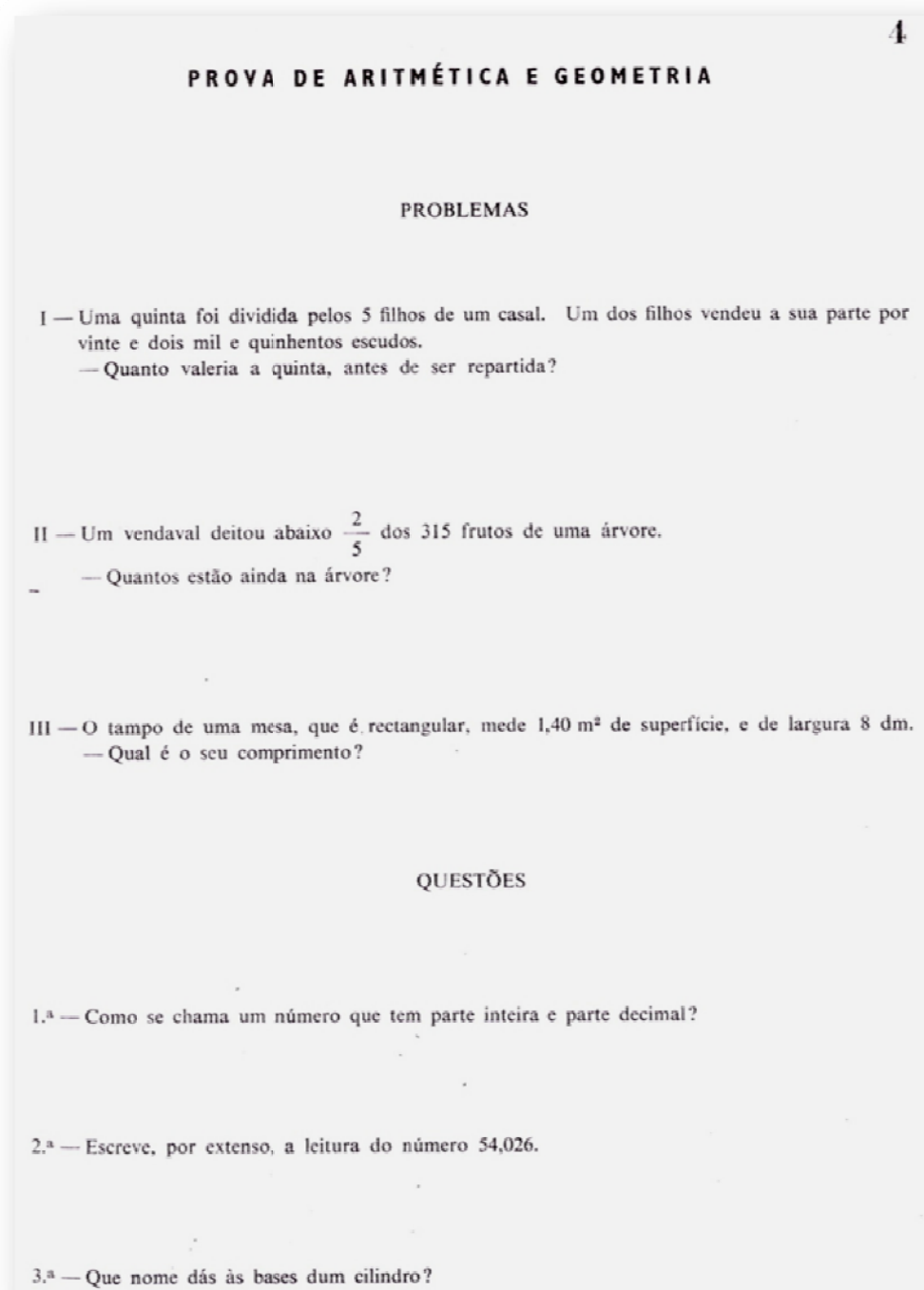
Operação
(com a prova pela operação inversa)
36,482 : 364

Data _____

Nome _____

— 11 —

Ponto modelo aplicado no distrito de Lisboa. “Ponto nº 4” – *Pontos para o de exame 4ª classe*, do professor Bernardo Pimenta, de 1966



Ponto modelo aplicado no distrito do Porto. "Ponto nº 6" – 19
Pontos de exame 4ª classe, do professor Fernando Vasconcelos,
de 1969

Ponto n.º 6

ARITMÉTICA E GEOMETRIA

— 60 minutos —

PROBLEMAS:

- 1.º) — Um litro de álcool custa 28\$00. Quanto custarão 75 cl?
- 2.º) — Que pesos terei de colocar no prato da balança decimal para pesar um saco de batatas que comprei por 204\$00, à razão de 36\$00 cada arroba?
- 3.º) — Um terreno quadrado tem de perímetro 320 metros.
Qual é o valor desse terreno à razão de 1 800\$00 cada are?

QUESTIONÁRIO:

- 1.ª) — Quantos litros de água leva um depósito com o volume interno de 0,75 m³?
- 2.ª) — Quantas moedas de 2\$50 são necessárias para perfazer 100\$00?
- 3.ª) — Como escreves o número formado por quatro dezenas de milhar, cinco unidades e cinco milésimas?
- 4.ª) — Quantos ângulos rectos vale um ângulo de 180°?
- 5.ª) — Que nome tem o polígono regular com 30 cm de perímetro, medindo cada lado 5 cm?
- 6.ª) — Um menino come todos os dias $\frac{1}{9}$ de um queijo. Para quantos dias lhe dura esse queijo?

Anexo 5



Versão digital dos documentos recolhidos relacionados com os exames realizados entre 1948 a 1974

Versão digital dos documentos recolhidos
relacionados com os exames realizados entre
1948 a 1974

